



POSSO
CRER NA
Bíblia?

R. C. SPROUL

QUESTÕES
CRUCIAIS

Nº. | 2

QUESTÕES
CRUCIAIS
N.º 2

POSSO
CRER NA
Bíblia?

R. C. SPROUL

FIEL
Editora

Posso Crer na Bíblia
Traduzido do original em inglês
Can I Trust the Bible?, por R. C. Sproul
Copyright © 1983, 1999, 2009 by R. C. Sproul

Publicado por Reformation Trust Publishing a division of Ligonier Ministries 400
Technology Park, Lake Mary, FL 32746

Copyright©2011 Editora FIEL.

1ª Edição em Português 2012

*Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora Fiel da Missão
Evangélica Literária*

PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTES LIVROS POR QUAISQUER MEIOS, SEM A
PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM
INDICAÇÃO DA FONTE.

Diretor: James Richard Denham III.
Editor: Tiago J. Santos Filho
Tradução: Francisco Wellington Ferreira
Revisão: Laise Helena Oliveira
Diagramação: Rubner Durais
Capa: Gearbox Studios
Ebook: Yuri Freire

ISBN: 978-85-8132-114-1



Caixa Postal, 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP

PABX.: (12) 3919-9999

www.editorafiel.com.br

Sumário

Apresentação

Um – A Bíblia e a Autoridade

Dois – A Bíblia e a Revelação

Três – A Bíblia e a Inspiração

Quatro – A Bíblia e a Inerrância

Cinco – A Bíblia e a Verdade

Seis – A Bíblia e Você

A Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica

Apresentação

O Conselho Internacional sobre Inerrância Bíblica foi uma organização sediada na Califórnia de 1977 a 1987. Seu propósito era a defesa e a aplicação da doutrina da inerrância bíblica como um elemento essencial à autoridade da igreja. Foi criado para responder ao afastamento deste importante fundamento doutrinário por segmentos significativos do evangelicalismo e à negação cabal dessa doutrina por outros movimentos eclesiais.

Em outubro de 1978, o conselho teve uma assembleia em Chicago. Na ocasião, ele emitiu uma declaração sobre a inerrância bíblica que incluía o *Preâmbulo*, a *Declaração Breve*, os *Dezenove Artigos de Afirmação e de Negação* e a *Exposição mais ampla*. Os materiais submetidos à assembleia foram preparados pelo Drs. Edmund P. Clowney, James I. Packer e R. C. Sproul. Foram discutidos de várias maneiras por grupos de delegados do Conselho Consultivo e em várias sessões parciais e plenárias. Além disso, os comentários escritos foram solicitados e recebidos em número considerável. Uma Comissão de Minuta formada pelos Drs. Clowney, Packer, Sproul, Normam G. Geisler, Harold W. Hoehner, Donald E. Hoke, Roger R. Nicole e Earl D. Radmacher trabalhou arduamente para preparar uma declaração que poderia receber a aprovação da grande maioria dos participantes. Atenção muito especial foi dedicada aos *Dezenove Artigos de Afirmação e de Negação*. (O *Preâmbulo* e a *Declaração Breve* foram, também, submetidos a revisões editoriais. A *Exposição* foi deixada amplamente como foi recebida.) Depois de discussão ampla, a Comissão de Minuta recebeu apoio substancial dos participantes: 240 (de um total de 268) fixaram sua assinatura nos *Dezenove Artigos*.

Foi determinado que a Comissão de Minuta reunir-se-ia dentro de um

ano para rever e, se necessário, corrigir a declaração. A reunião aconteceu no outono de 1979, estando presentes os Drs. Geisler, Hoehner, Nicole e Radmacher. O consenso deles foi que não devemos tentar modificar uma declaração que tantas pessoas haviam endossado, tanto na assembleia como depois. No entanto, a fim de evitar incompreensões e prover uma exposição da posição defendida pelo CIIB, achou-se conveniente oferecer um comentário sobre cada um dos artigos. Um comentário em rascunho foi preparado pelo Dr. Sproul e foi submetido aos membros da Comissão de Minuta. Certo número de mudanças editoriais foi feito, e o resultado final é o que está contido neste livro.

O Dr. Sproul é bem qualificado para escrever esse comentário. Ele havia preparado o primeiro rascunho dos Dezenove Artigos e, embora tenha sofrido mudanças no processo de edição, o Dr. Sproul esteve intimamente envolvido em todas as discussões conduzidas pela Comissão de Minuta. O texto presente esclarece com exatidão o que o Conselho afirmava e negava. Obviamente, aqueles que assinaram os artigos não concordam necessariamente com todas as interpretações advogadas pelo comentário. Nem mesmo os membros da Comissão de Minuta estão obrigados a isto, e talvez nem o Dr. Sproul, visto que seu texto passou por certas revisões editoriais. Todavia, este comentário representa um esforço em esclarecer a posição exata do Conselho Internacional sobre Inerrância Bíblica, como um todo.

No processo de edição, nos esforçamos para levar em conta os comentários que nos foram enviados. Em alguns casos, não podíamos concordar com aqueles que fizeram os comentários, e, por isso, as mudanças solicitadas não puderam ser feitas. Em outros casos, pessoas trouxeram à nossa observação questões que, em nosso julgamento, mereciam consideração. Cremos que o comentário remove ambiguidades e lida eficazmente com possíveis incompreensões.

Há uma admirável unidade de opiniões entre os membros do Conselho e a Diretoria; e isto deve ser refletido não somente nos artigos

em sua forma original, mas também nesta publicação. O alvo daqueles que se reuniram em Chicago não era romper relações com aqueles que não compartilham de nossas convicções a respeito da doutrina das Escrituras. Antes, o alvo era, e continua sendo, dar testemunho daquilo que estamos convencidos ser a doutrina bíblica sobre o grande assunto da inspiração das Escrituras. Ao fazer esta confissão e apresentar este documento, esperamos dissipar incompreensões com as quais a doutrina da inerrância tem sido frequentemente acometida e apresentar, com encanto e clareza, esta grande doutrina na qual testemunhamos estar alegremente unidos.

Roger R. Nicole



A Bíblia e a Autoridade

A Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica afirma corretamente que “a autoridade das Escrituras é um assunto crucial para a igreja nesta e em toda época”. Mas a autoridade não pode permanecer sozinha, como mostra a declaração. A autoridade da Bíblia está baseada no fato de que ela é a Palavra de Deus escrita. Visto que a Bíblia é a Palavra de Deus e que o Deus da Bíblia é a verdade e fala a verdade, a autoridade da Bíblia está ligada à inerrância. Se a Bíblia é a Palavra de Deus e se Deus é o Deus que fala a verdade, então, a Bíblia tem de ser inerrante – não apenas em algumas de suas partes, como alguns teólogos modernos dizem, mas totalmente, como a igreja, em sua maioria, tem dito através dos séculos de sua história.

Alguns dos termos usados no debate sobre a autoridade e a inerrância da Bíblia são termos técnicos. Alguns deles aparecem na Declaração de Chicago, mas não são difíceis de entender. Podem ser aprendidos (e a

doutrina da inerrância mais plenamente entendida) por meio de um pequeno estudo e leitura. Este comentário da Declaração de Chicago tenta prover material em referência aos Dezenove Artigos de Afirmação e de Negação, que formam o âmago do documento. Todo o texto da declaração aparece como um apêndice.

ARTIGO I: AUTORIDADE

Afirmamos que as Escrituras Sagradas devem ser recebidas como a Palavra de Deus plena de autoridade. Negamos que as Escrituras recebam sua autoridade da igreja, da tradição ou de qualquer outra fonte humana.

O artigo inicial da Declaração de Chicago tem o propósito de estabelecer o grau de autoridade que deve ser atribuído à Bíblia. Este artigo, bem como o Artigo II, faz com que a declaração seja claramente uma declaração protestante. Embora a Igreja Católica Romana tenha afirmado constante e historicamente uma opinião elevada sobre a inspiração da Escritura Sagrada, ainda permanece o problema não resolvido da singularidade e da suficiência da autoridade bíblica para a igreja.

A Igreja de Roma tem colocado a tradição da igreja ao lado da Escritura como um complemento para a Escritura e, conseqüentemente, uma fonte de revelação especial além do escopo da Escritura.

A Igreja Católica Romana tem asseverado continuamente que, pelo fato de que a igreja estabeleceu a extensão e o escopo do cânon do Novo e do Antigo Testamento, há um certo senso em que a autoridade da Bíblia está subordinada e depende da aprovação da igreja. Essas questões da relação da igreja com o cânon e a questão das fontes múltiplas de revelação especial estão particularmente em vista nos Artigos I e II.

Nos primeiros rascunhos do Artigo I, a extensão do cânon foi definida de modo a incluir os 66 livros canônicos que se acham e estão contidos no

contexto da maioria das edições da Bíblia aprovada pelos protestantes. Nas discussões entre os participantes, na assembleia, e por causa dos pedidos à Comissão de Minuta, houve um forte pensamento de remover as palavras “66 livros canônicos” dos primeiros rascunhos. Isso aconteceu devido a alguma variação dentro da cristandade quanto ao número exato de livros que devem ser reconhecidos como parte do cânon. Por exemplo, a Igreja Etíope incluiu mais do que 66 livros no cânon. O rascunho final afirma apenas que as Escrituras Sagradas devem ser recebidas como a Palavra de Deus plena de autoridade. Para ampla maioria dos protestantes, a designação “Escritura Sagrada” tem uma referência clara aos 66 livros canônicos, mas deixa espaço para que aqueles que diferem na questão do cânon participem da confissão sobre a natureza da Escritura. A questão específica do número de livros contidos no cânon é deixada aberta nesta afirmação.

A questão do escopo do cânon ou da lista de livros que constituem nossa Bíblia pode confundir muitas pessoas, em especial aquelas que estão acostumadas com um número de livros definido claramente pelas confissões de fé de sua igreja. Alguns têm argumentado que, se alguém questiona a canonicidade de um livro, a implicação é que ele não crê na Bíblia como inspirada por Deus. Talvez a mais clara ilustração disso, na história, venha de Martinho Lutero. Em um momento de seu ministério, ele teve fortes reservas quanto à inclusão do livro de Tiago no cânon do Novo Testamento. Embora seja bastante claro que Lutero acreditava numa Bíblia inspirada, ele teve dúvidas sobre se um livro específico devia ser incluído na Bíblia inspirada. Vários eruditos têm tentado usar o questionamento de Lutero sobre o livro de Tiago para negar que ele acreditava na inspiração. É muito importante perceber a diferença entre a questão do escopo do cânon e a questão da inspiração dos livros que são reconhecidos como inclusos no cânon. Em outras palavras, a natureza da Escritura e a extensão da Escritura são questões diferentes que não devem ser confundidas.

Uma palavra-chave na afirmação do Artigo I é a palavra “recebida”. O rascunho original mencionava que as Escrituras devem ser recebidas pela igreja. A expressão “pela igreja” foi apagada porque é claro que a Palavra de Deus, na Escritura Sagrada, deve ser recebida não somente pela igreja, mas por todos. A palavra “recebida” tem uma importância histórica. Os concílios da igreja que consideraram a questão do cânon usaram a palavra latina *recipimus* (“nós recebemos”). Os concílios estavam dizendo “nós recebemos” vários livros a serem incluídos no cânon. Pelo uso da palavra *receber*, a igreja deixou claro que não estava declarando, por sua própria autoridade, que certos livros tinham autoridade; estava apenas reconhecendo que a Palavra de Deus era a Palavra de Deus. Por usar a palavra *receber*, os pais da igreja mostraram sua disposição de submeterem-se ao que consideravam ser a Palavra de Deus. Consequentemente, qualquer noção de que a igreja estabelece a Bíblia ou é superior à Bíblia é negada por aqueles que definiram o cânon.

Caso permaneça na afirmação alguma ambiguidade sobre a relação entre a Escritura e a igreja, ela é removida na negação subsequente: As Escrituras recebem sua autoridade de Deus, e não da igreja ou de qualquer outra fonte humana.

ARTIGO II: A ESCRITURA E A TRADIÇÃO

Afirmamos que as Escrituras são a suprema norma escrita pela qual Deus compele a consciência e que a autoridade da igreja é subordinada à da Escritura. Negamos que os credos, os concílios ou as declarações da igreja tenham autoridade maior do que, ou iguais, a autoridade da Bíblia.

O Artigo II da Declaração de Chicago reforça o Artigo I, oferecendo mais detalhes sobre os assuntos que aborda. O Artigo II tem em vista o princípio protestante clássico de *sola Scriptura*, o qual fala sobre a autoridade única da Bíblia para compelir a consciência dos homens. A

afirmação do Artigo II fala sobre as Escrituras como “a suprema norma escrita”. Na assembleia, houve grande discussão sobre a palavra *suprema*. Palavras alternativas, como *crucial* e *única*, foram sugeridas e posteriormente eliminadas do texto. A questão estava relacionada ao fato de que outros documentos escritos são importantes para a vida da igreja. Por exemplo, os credos e as confissões da igreja formam a base de filiação e de unidade de fé em muitas denominações e comunidades cristãs diferentes. Esses credos e confissões têm um tipo de autoridade normativa no âmbito de certo grupo de cristãos e têm o efeito de compelir a consciência em um contexto específico. No entanto, é uma característica clássica dos protestantes reconhecerem que todos esses credos e confissões são falíveis e não podem ser impostos plena e finalmente à consciência de qualquer crente individual. Somente a Palavra de Deus possui o tipo de autoridade que pode compelir a consciência dos homens para sempre. Portanto, embora os artigos reconheçam que há outras normas escritas reconhecidas por diferentes corpos de cristãos, enquanto tais normas são verdadeiras, elas são derivadas e estão subordinadas à suprema norma escrita que é Escritura Sagrada.

A negação define claramente que nenhum credo, concílio ou declaração da igreja tem autoridade maior do que, ou igual, a autoridade da Bíblia. Outra vez, qualquer ideia de que a tradição ou os oficiais da igreja têm autoridade igual a da Escritura é repudiada por esta afirmação. A questão da obediência do cristão às estruturas de autoridade, à parte das Escrituras, foi uma questão de grande discussão com relação a este artigo. Por exemplo, a própria Bíblia nos exorta a obedecer aos magistrados civis. Devemos, certamente, nos sujeitar às confissões de nossa própria igreja e às estruturas de autoridade de nossos corpos eclesiais. Todavia, o principal objetivo deste artigo é indicar que, mesmo havendo autoridades menores, elas nunca são a autoridade do próprio Deus. Há um sentido em que toda autoridade neste mundo é derivada e dependente da autoridade de Deus. Deus, e somente Deus, tem autoridade intrínseca. Essa

autoridade intrínseca é dada à Bíblia, porque ela é a Palavra de Deus.

Vários grupos de cristãos têm definido de maneiras diferentes a extensão da autoridade civil e da autoridade eclesiástica. Por exemplo, nas igrejas reformadas, a autoridade da igreja é vista como ministerial e declarativa, e não como intrínseca e final. Deus, e somente Deus, tem o direito absoluto de estabelecer normas para a consciência dos homens. Nossa consciência é submissa às autoridades menores somente quando estas se conformam com a autoridade da Palavra de Deus.



A Bíblia e a Revelação

Os três artigos seguintes da Declaração de Chicago tratam da revelação. O Artigo III define o que pretendemos dizer quando falamos que a Bíblia *é* revelação e não apenas um *testemunho da* revelação, como afirmam os teólogos neo-ortodoxos. O Artigo IV considera o uso da linguagem humana como um instrumento para a revelação divina. O Artigo V observa a maneira pela qual a revelação de Deus se desenvolve progressivamente em toda a Escritura, de modo que os últimos textos explicam os primeiros textos. Nestes artigos, os elaboradores das afirmações procuraram guardar-se de qualquer opinião que diminuiria a natureza singular da Bíblia como revelação de Deus escrita ou negaria o ensino de algumas partes por apelar às outras partes.

ARTIGO III: REVELAÇÃO

Afirmamos que a Palavra escrita é, em sua inteireza, a revelação dada por Deus. Negamos que a Bíblia seja apenas um testemunho da revelação, ou se torne revelação somente quando a encontramos, ou dependa das respostas dos homens para a sua validação.

Tanto a afirmação quanto a negação no Artigo III tratam da questão controversa do caráter objetivo da revelação na Escritura. Houve um debate considerável no século XX sobre este assunto, particularmente com o surgimento da chamada teologia dialética ou neo-ortodoxa. Esta teologia procurava promover uma visão “dinâmica” da Bíblia que via a autoridade da Escritura funcionando em um relacionamento dinâmico entre a Palavra e o ouvir a Palavra. Vários teólogos têm negado que a Bíblia, em e por si mesma, seja revelação objetiva. Eles sustentam que a revelação não ocorre enquanto não há uma resposta humana interior e subjetiva a essa Palavra. Eruditos, como Emil Brunner, têm insistido em que a Bíblia não é, ela mesma, revelação; é apenas um testemunho da revelação que se acha em Cristo. Em certos círculos, se tornou moda afirmar que a revelação especial está incorporada somente em Cristo e que considerar a Bíblia como revelação objetiva seria depreciar a singularidade da pessoa de Cristo, a Palavra que se fez carne.

A intenção destes artigos é opor-se a uma disjunção entre a revelação que recebemos na pessoa de Cristo e a revelação que recebemos em termos igualmente objetivos na Palavra de Deus gravada em forma escrita. Aqui, a Bíblia é vista não apenas como um mero catalisador da revelação, mas como a própria revelação. Se a Bíblia é a Palavra de Deus e seu conteúdo procede dele, seu conteúdo tem de ser visto como revelação. Aqui, revelação é vista como “proposicional”. É proposicional porque a Bíblia é escrita em estilo de equações lógicas e fórmulas analíticas. É proposicional porque ela comunica a verdade que pode ser entendida como proposições.

Na afirmação do Artigo III, as palavras “em sua inteireza” são

importantes. Há também aqueles que têm afirmado que a Bíblia contém revelação de Deus aqui e ali, em lugares específicos, mas que é a tarefa do crente, de maneira pessoal, ou da igreja, de maneira coletiva, separar as partes da Escritura que são revelação das partes que não o são. Por implicação, este artigo rejeita tal abordagem da Escritura por afirmar que toda a Escritura, todo o seu conteúdo, tem de ser vista como revelação divina.

A negação no Artigo III reforça a objetividade da revelação na Escritura e afirma que a validade desta revelação não depende de respostas humanas. A verdade da Bíblia não depende, de qualquer maneira, de uma pessoa crer na verdade.

O objetivo central do Artigo III é declarar, com confiança, que o conteúdo da Escritura não é o resultado de imaginação humana ou de opiniões filosóficas elaboradas inteligentemente; e que este conteúdo manifesta a revelação soberana de Deus a respeito de si mesmo e de todas as coisas que são tratadas na Escritura. Portanto, a Bíblia incorpora a verdade que vem até nós de muito além do escopo de nossas habilidades. Ela vem do próprio Deus.

ARTIGO IV: A LINGUAGEM HUMANA

Afirmamos que Deus, que fez o homem à sua imagem, usou a linguagem como um meio de revelação. Negamos que a linguagem humana seja tão limitada por nossa condição de criatura, que seja inadequada como um veículo para a revelação divina. Além disso, negamos que a corrupção da cultura e da linguagem humana, causada pelo pecado, tenha impedido a obra de inspiração de Deus.

Um dos ataques mais significativos contra a inerrância bíblica, no século XX, se baseava nas limitações da linguagem humana. Visto que a Bíblia foi escrita por autores humanos, repetidas vezes emergiu a questão concernente ao envolvimento humano: se, devido às limitações da criatura humana, esse envolvimento não tornava, necessariamente, a Bíblia menos

infallível. Se os homens não são infalíveis em e de si mesmos e são inclinados ao erro em tudo que fazem, não se conclui logicamente que qualquer coisa vinda das mãos dos homens tem de ser marcada por erro? Respondemos a isso afirmando que a tendência para o erro não é um acompanhante inevitável da natureza humana. Antes da queda, Adão pode ter sido livre da inclinação de errar, e Cristo, embora totalmente humano, nunca errou. Depois da queda, errar é uma tendência comum dos homens. Negamos, portanto, que seja necessário aos homens errarem, sempre e em todos os lugares, no que dizem ou escrevem, mesmo à parte da inspiração.

Por causa da inspiração divina e da superintendência do Espírito Santo no dar as Escrituras Sagradas, os escritos da Bíblia são livres das tendências e propensões normais de homens caídos para distorcerem a verdade. Embora a nossa linguagem, e especialmente a linguagem sobre Deus, nunca seja plena e exaustiva em sua habilidade de comunicar as verdades eternas, ela é adequada para dar-nos a verdade sem erros. Por exemplo, se afirmamos que Chicago é uma cidade no Estado de Illinois, a verdade comunicada por essa afirmação não seria exaustiva. Ou seja, tudo que poderia ser entendido sobre a natureza e o escopo da cidade de Chicago ou sobre as complexidades do Estado de Illinois não seriam conhecidos por qualquer ser humano que fez essa afirmação. Por contraste, se Deus fizesse a afirmação “Chicago é uma cidade no Estado de Illinois”, em sua mente haveria compreensão total de tudo que está envolvido em Chicago e Illinois. Entretanto, o fato de que Deus fez a afirmação “Chicago é uma cidade no Estado de Illinois” não a torna, em si mesma, mais ou menos verdadeira do que se um ser humano a fizesse. Embora reconheçamos que a linguagem humana é limitada por sermos criaturas, não admitimos a inferência de que a linguagem humana tem de distorcer necessariamente a verdade.

Se a linguagem humana tivesse de ser julgada intrinsecamente inadequada para comunicar a revelação de Deus, não haveria meios pelos

quais Deus poderia revelar-nos qualquer coisa sobre si mesmo em forma verbal. Contudo, pelo fato de que a Bíblia ensina que o homem foi criado à imagem de Deus e que há algum ponto de semelhança entre o homem e Deus, a comunicação entre Deus e o homem é possível. A possibilidade dessa comunicação foi incluída na criação por Deus mesmo.

No que diz respeito à afirmação de que a linguagem humana é tão limitada que é inadequada para comunicar a revelação divina, especialmente por causa dos efeitos do pecado em nossa cultura e linguagem, temos de dizer que, embora a queda do homem nos torna culpados diante do tribunal de juízo de Deus e embora todos os homens sejam mentirosos (Sl 116.11), isso não implica necessariamente que todos os homens mentem em todo o tempo. Embora todos nós mintamos às vezes, isso não significa que mentimos toda vez que falamos. A tendência humana para a corrupção e a falsidade é precisamente aquilo que cremos ser sobrepujado pela inspiração e envolvimento de Deus na preparação da Escritura Sagrada. Portanto, pensamos que o ceticismo quanto à integridade bíblica baseada em inferências extraídas da suficiência ou da insuficiência da linguagem humana não faz sentido.

ARTIGO V: REVELAÇÃO PROGRESSIVA

Afirmamos que a revelação de Deus nas Escrituras Sagradas foi progressiva. Negamos que revelação posterior, que possa completar a revelação anterior, corrija-a ou contradiga-a. Além disso, negamos que qualquer revelação normativa tenha sido dada após a conclusão dos escritos do Novo Testamento.

As questões em vista no Artigo V têm importância profunda para a vida da igreja e, às vezes, são complicadas. A afirmação é apenas um reconhecimento de que dentro da própria Bíblia há uma revelação progressiva. Tudo que foi revelado por Deus na totalidade da Escritura não se acha, por exemplo, no livro de Gênesis. A maior parte do conteúdo

da atividade redentora de Deus, em Cristo, está sugerida em parte e abordada em sombras nas primeiras porções do Antigo Testamento. Mas, em toda a Escritura Sagrada, o conteúdo da revelação divina é expandido até a plenitude ser atingida, finalmente, no Novo Testamento. Isso é o que significa revelação progressiva neste contexto – a revelação nas Escrituras se desdobra de maneira cada vez mais profunda e mais expandida.

A negação deixa claro que esse progresso e expansão da revelação não nega nem contradiz o que foi dado antes. Embora certos preceitos que eram obrigatórios ao povo na época do Antigo Testamento não estejam mais em vigor no Novo Testamento, isso não significa que eles foram descontinuados porque eram perversos no passado e porque Deus corrigiu o que antes ele aprovava; significa que certas práticas foram substituídas por novas práticas que eram coerentes com o cumprimento das atividades do Antigo Testamento. Isso não sugere, de modo algum, que o Antigo Testamento é irrelevante para o crente do Novo Testamento ou que a revelação anterior pode ser rejeitada à luz da revelação mais recente. A Bíblia tem de ser considerada como um livro inteiro, em que o Antigo Testamento nos ajuda a entender o Novo Testamento, e o Novo Testamento lança luz significativa sobre o Antigo Testamento. Mesmo quando reconhecemos a revelação progressiva, ela não deve ser tomada como uma permissão para lidarmos levemente com porções da Escritura, colocando uma dimensão da revelação contra a outra, dentro da própria Bíblia. A coerência e a consistência da Bíblia não são anuladas pela revelação progressiva que ocorre em seu interior.

A segunda negação afirma que nenhuma revelação normativa foi dada à igreja depois do fechamento do cânon do Novo Testamento. Isso não significa que Deus, o Espírito Santo, parou de agir ou que ele não guia seu povo hoje. Parte da dificuldade é que palavras teológicas são usadas de maneiras diferentes em comunidades cristãs diferentes. Por exemplo, o que um grupo chama de “revelação” outro grupo o define como “iluminação”. Portanto, a palavra qualificadora “*normativa*” é importante

para entendermos a segunda negação. Ela significa que depois do século I não foi dada nenhuma revelação que mereça inclusão no cânon da Escritura Sagrada. Orientações e direções pessoais – ou “revelações”, como alguns as usam – não podem ser vistas como que tendo a força ou a autoridade da Escritura Sagrada.



Capítulo Três

A Bíblia e a Inspiração

A inspiração é o meio pelo qual Deus nos deu a sua Palavra por intermédio de autores humanos, mas não compreendemos plenamente como ele fez isso. Nesta seção, os elaboradores dos Artigos de Afirmação e de Negação negam explicitamente que tenham uma ampla compreensão sobre o modo da inspiração. Todavia, eles afirmam, como a própria Escritura também afirma (2 Tm 3.16), que a Bíblia é o produto da inspiração divina e que a obra de Deus se estendeu por meio de autores humanos a cada parte e a cada palavra dos documentos originais. O processo de inspiração não tornou autômatos os autores bíblicos, pois os seus livros revelam diferenças de vocabulário, estilo e outros aspectos. No entanto, a inspiração superou qualquer propensão que eles possam ter tido para o erro, resultando em que as palavras escritas por eles foram precisamente o que Deus, o autor divino, tencionava que tivéssemos.

ARTIGO VI: INSPIRAÇÃO VERBAL E PLENÁRIA

Afirmamos que toda a Escritura e todas as suas partes, até as próprias palavras do original, foram dadas por inspiração divina. Negamos que a inspiração da Escritura possa ser afirmada corretamente a respeito do todo sem as partes ou a respeito de algumas partes, mas não do todo.

O Artigo VI se refere à doutrina da inspiração verbal e plenária. A inspiração “Plenária” significa que toda a Escritura é dada por inspiração divina. Visto que alguns têm sustentado que o todo foi dado por inspiração, mas algumas partes do todo não são fruto de inspiração divina, estamos falando da origem da Escritura – que não começa nas percepções dos homens, mas no próprio Deus.

Na afirmação do Artigo VI, lemos a expressão “até as próprias palavras do original”. A expressão “até as próprias palavras” se refere à extensão da inspiração; e as palavras “do original” indicam que os autógrafos é que são inspirados. A limitação da inspiração aos autógrafos é abordada mais amplamente no Artigo X, embora seja claro neste artigo que a inspiração verbal da Bíblia se refere aos manuscritos originais.

O fato de que o Artigo VI fala sobre a inspiração divina até nas próprias palavras do original, pode criar na mente de algumas pessoas a noção de que Deus ditou as palavras da Escritura. Afirma-se frequentemente que a doutrina da inspiração verbal traz consigo a implicação de uma teoria de inspiração do ditado. Tal teoria não é ensinada neste artigo, nem mesmo está implícita nele. De fato, no Artigo VII, os elaboradores da declaração negam a teoria do ditado.

A questão do ditado suscitou problemas na história da igreja. No Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja Católica Romana, usou a palavra *dictante*, significando “ditar”, no que concerne à obra do Espírito em dar os textos antigos. No campo protestante, João Calvino falou sobre os escritores como sendo *amanuenses* ou secretários. Além desses, há o fato

de que algumas porções da Escritura parecem ter sido dadas por alguma forma de ditado, tais como os Dez Mandamentos.

Na era moderna, o ditado anula os estilos literários humanos, a escolha de vocabulário e coisas semelhantes. Este artigo não pretende dar a entender um método de inspiração que violaria ou anularia os estilos literários dos autores individuais dos documentos bíblicos. O sentido em que Calvino, por exemplo, falou de secretários e, até, o Concílio de Trento falou em ditar não podem ser interpretado de modo a conformar-se aos métodos modernos de ditar que usam equipamento e métodos sofisticados. O contexto em que estas palavras foram usadas no passado tinha referência específica ao fato de que a inspiração mostra alguma analogia com um homem transmitindo uma mensagem que é copiada por um secretário. A analogia aponta para a questão da origem da mensagem. Na doutrina da inspiração, o que está em jogo é a verdade de que a mensagem é de Deus e não de seres humanos.

A Declaração de Chicago deixa em mistério o modo da inspiração (cf. Artigo VII). Inspiração, usada aqui, envolve uma superintendência divina que guardou os escritores de usarem palavras que falsificariam ou distorceriam a mensagem da Escritura. Assim, por um lado, a declaração afirma que a superintendência de Deus e a inspiração da Bíblia se aplicaram até às próprias palavras; por outro lado, ela nega que Deus anulou a influência da personalidade dos escritores na escolha das palavras usadas para expressar a verdade revelada.

Os cristãos evangélicos evitam a noção de que os escritores bíblicos foram instrumentos passivos, como penas nas mãos de Deus. Todavia, ao mesmo tempo, eles afirmam que o resultado final do processo de inspiração foi o mesmo. Por exemplo, Calvino diz que devemos ler a Bíblia *como se* estivéssemos ouvindo audivelmente a voz de Deus falando a sua mensagem. Ou seja, a Bíblia possui a mesma força de autoridade como se Deus mesmo estivesse proferindo as palavras (*Institutas da Religião Cristã*, 1.7.1). Isto não significa que Calvino acreditava ou ensinava que

Deus proferia realmente as palavras, de maneira audível. Não sabemos o processo pelo qual a Escritura inspirada nos foi dada. Mas, por causa da inspiração, não importando como Deus a realizou, cada palavra da Escritura possui a força de autoridade de Deus.

ARTIGO VII: INSPIRAÇÃO

Afirmamos que a inspiração foi a obra pela qual Deus, mediante o seu Espírito, por meio de escritores humanos, nos deu sua Palavra. A origem da Escritura é divina. O modo da inspiração divina permanece um mistério para nós. Negamos que a inspiração possa ser reduzida a discernimento humano ou a qualquer estado de consciência elevado.

O Artigo VII define, em mais detalhe, o que está implícito no Artigo VI. Aqui, fazemos referência clara aos autores humanos do texto bíblico. Os escritores humanos são identificados como os instrumentos pelos quais a Palavra de Deus veio até nós. Classicamente, as Escrituras Sagradas têm sido chamadas de *Verbum Dei*, a Palavra de Deus, ou mesmo *Vox Dei*, a voz de Deus. Contudo, ao mesmo tempo, a Escritura Sagrada vêm até nós como palavras de homens. Em outras palavras, há uma agência humana pela qual a Palavra divina é comunicada, mas a origem da Escritura é divina.

Os elaboradores do documento tinham em vista, neste artigo, o significado primário da palavra *theopneustos*, em 2 Timóteo 3.16, a palavra que é frequentemente traduzida por “inspirada por Deus”. *Theopneustos* significa, literalmente, “soprada por Deus”; e tem uma referência primária ao ato de Deus em soprar para fora a sua Palavra, em vez de produzir algum tipo de efeito nos escritores humanos. Portanto, *expiração* é um termo mais exato do que *inspiração* no que diz respeito à origem da Escritura. Mas usamos a palavra *inspiração* para abranger todo o processo pelo qual a Palavra vem até nós. Inicialmente, ela vem da boca de Deus (falamos em metáfora, é claro). Desde a sua origem em Deus, a Palavra é

transmitida pela agência de escritores humanos sob a supervisão e superintendência divina. O próximo passo no processo de comunicação é a apreensão da mensagem divina por seres humanos. Este artigo afirma explicitamente que o modo preciso pelo qual Deus realiza a inspiração permanece um mistério. O documento não faz qualquer tentativa de definir o “como” da inspiração divina, nem mesmo sugere que o método seja conhecido por nós.

A palavra *inspiração* pode e tem sido usada para se referir a momentos de discernimento em nível de gênio, de estados elevados de consciência ou de atos sublimes de realização humana. Falamos de poesia inspirada, significando que o autor atingiu níveis extraordinários de discernimento e inteligência. No entanto, nesta dimensão de “inspiração”, não há qualquer sugestão de que a fonte da inspiração seja o poder divino. Há níveis humanos de inspiração refletidos em atos heroicos, discernimentos excelentes e estados de consciência elevados. Entretanto, isso não é o que pretendemos dizer com o uso de *inspiração* como um termo teológico. Neste artigo, a Declaração de Chicago está deixando claro que tem em vista algo que transcende todos os estados humanos de inspiração, algo em que o poder e a supervisão de Deus estão em atividade. Portanto, os artigos estão dizendo que a Bíblia, embora seja um livro humano, porque foi escrito por autores humanos, tem sua humanidade transcendida por virtude de sua origem e inspiração divina.

ARTIGO VIII: AUTORES HUMANOS

Afirmamos que Deus, em sua obra de inspiração, utilizou as personalidades distintas e os estilos literários dos escritores que ele escolheu e preparou. Negamos que Deus, ao fazer estes escritores usarem as próprias palavras que ele escolheu, tenha anulado a personalidade deles.

O Artigo VIII reafirma que a obra de Deus em inspirar a Escritura não anulou a humanidade dos escritores humanos que ele usou para

cumprir seu propósito. Os autores da Escritura foram escolhidos e preparados por Deus para a sua tarefa sagrada. Independentemente de como tenha sido o processo de inspiração, ele não ignorou a personalidade dos autores humanos enquanto eles escreviam. Embora o artigo não diga isso de maneira direta, ele nega qualquer tipo de inspiração mecânica ou impessoal. A inspiração mecânica reduziria os autores humanos ao nível de autômatos, máquinas como robôs. Uma análise da Escritura deixa claro que as personalidades distintas e os estilos de redação variam de um escritor humano para outro. O estilo de Lucas, por exemplo, é diferente do de Mateus. As estruturas literárias que achamos nos escritos de Daniel diferem grandemente das que achamos, por exemplo, na epístola de Tiago. Homens de origem hebraica tendiam a escrever em estilos hebraicos, e os de contexto cultural grego tendiam a escrever em estilo grego. No entanto, Deus tornou possível que sua verdade fosse comunicada de maneira inspirada, enquanto usava os contextos, as personalidades e os estilos literários destes vários escritores. O que foi sobrepujado ou vencido pela inspiração não foram as personalidades, os estilos ou os métodos literários humanos, e sim as tendências humanas para a distorção, a mentira e o erro.



A Bíblia e a Inerrância

Os Artigos IX a XII lidam com o assunto de maior interesse no presente: a inerrância. Procuram definir termos e responder as principais questões que têm sido levantadas: se a Bíblia veio até nós por meio de autores humanos, como os artigos anteriores reconhecem, e se errar é algo natural aos seres humanos, a Bíblia não é necessariamente errante? Por outro lado, se a Bíblia não tem erros, ela é autenticamente humana? Visto que a inerrância se aplica somente aos manuscritos originais, os autógrafos, e que não possuímos estes autógrafos, o argumento em favor da inerrância não é sem sentido? Ele não se sustenta somente por apelarmos aos documentos que não existem e cujo estado de inerrância não pode ser averiguado? Por que a inerrância pode ser aplicada àquelas partes da Bíblia que lidam com a salvação, mas não àquelas partes que lidam com história, ciência e outros assuntos “menos importantes” e “não essenciais”?

ARTIGO IX: INERRÂNCIA

Afirmamos que a inspiração, embora não tenha conferido onisciência, garantiu a proclamação verdadeira e confiável de todas as coisas sobre as quais os autores bíblicos foram movidos a falar e a escrever. Negamos que a finitude ou a imperfeição destes escritores tenha introduzido, necessariamente, distorção ou falsidade na Palavra de Deus.

A afirmação do Artigo IX indica que a inspiração garante que os escritos da Escritura são verdadeiros e dignos de confiança. Ou seja, eles não são falsos, enganadores ou fraudulentos no que comunicam.

Assim como tratamos das limitações da linguagem humana no Artigo VI, agora encaramos a dificuldade da comunicação da verdade por criaturas que não são oniscientes. Uma coisa é Deus conferir infalibilidade aos escritos, e outra coisa diferente é conferir onisciência aos escritores. Onisciência e infalibilidade têm de ser distinguidas. Embora elas estejam conjuntas em Deus, a situação é diferente no que concerne ao homem. Onisciência se refere ao escopo do conhecimento de alguém. A infalibilidade se refere à confiabilidade de seus pronunciamentos. Uma pessoa que conhece melhor pode fazer uma declaração falsa, se a sua intenção é enganar. No oposto, uma pessoa que tem conhecimento limitado pode fazer declarações infalíveis, se podemos garantir que ela é plenamente confiável. Portanto, dizemos que, embora os escritos bíblicos sejam inspirados, isso não significa que os escritores sabiam tudo que deviam saber ou que eles eram infalíveis em si mesmos. O conhecimento que eles comunicaram não é abrangente, mas é digno de confiança até aonde ele chega.

A negação do Artigo IX tem a ver com a propensão dos escritores, como criaturas finitas e falíveis, para introduzir distorções ou falsidade na Palavra de Deus. Este assunto foi abordado por outro ângulo no Artigo IV. Contudo, o que temos em vista aqui é a acusação recorrente de que a doutrina da inspiração verbal ou uma confissão de inerrância da Escritura

traz consigo o ponto de vista docético da Escritura. O docetismo introduziu uma distorção da visão bíblica sobre a pessoa de Jesus. Nos primeiros dias da igreja cristã, houve aqueles, geralmente associados com a escola do gnosticismo, que criam que Jesus não tinha realmente uma natureza humana ou um corpo humano. Eles argumentavam que Jesus somente parecia ter um corpo físico. Esta heresia foi chamada docetismo com base na palavra grega *dokeo*, que significa “parecer, pensar ou aparecer”. Aqueles que negavam a realidade da encarnação e sustentavam que Jesus tinha apenas um corpo de fantasma foram acusados desta heresia. Em um sentido mais sofisticado, o docetismo foi aplicado a qualquer falha em entender com seriedade as limitações reais da natureza humana de Jesus.

A acusação de docetismo bíblico tem sido lançada sobre aqueles que advogam a inerrância, mais notavelmente por Karl Barth. Ele nos acusa de sustentar um ponto de vista da inspiração em que a verdadeira humanidade dos escritores bíblicos é anulada pela inserção da característica divina de infalibilidade. Para Barth, é fundamental à nossa humanidade que sejamos sujeitos a errar. Se a afirmação clássica é *errare est humanum* – “errar é humano” – respondemos que, embora isto seja verdade, não concluímos que os homens sempre erram ou que o erro é necessário à humanidade. Se este fosse o caso, seria necessário asseverar que Adão, antes da queda, errava ou que ele não era humano. Também deveríamos afirmar que no céu, em um estado de glorificação, teríamos de continuar a errar, se continuássemos sendo humanos. Não somente teríamos de atribuir o erro a Adão, antes da queda, e aos cristãos glorificados, precisaríamos aplicá-lo ao Cristo encarnado. O erro teria sido intrínseco à humanidade de Jesus; assim, para que ele fosse totalmente humano, teria sido necessário que distorcesse a verdade. Nunca nos envolvamos em tal blasfêmia, embora confessemos a profundidade em que caímos e nossa elevada propensão ao erro. Mesmo à parte da inspiração, não é necessário que um ser humano erre para que seja humano.

Portanto, se é possível a uma pessoa não inspirada falar a verdade sem erro, é muito mais possível é que uma pessoa faça isso sob a influência da inspiração divina.

Finitude significa uma necessária limitação de conhecimento, mas não significa obrigatoriamente uma distorção de conhecimento. A confiabilidade do texto bíblico não deve ser negada com base na finitude do homem.

ARTIGO X: OS AUTÓGRAFOS

Afirmamos que a inspiração, falando estritamente, se aplica somente ao texto original da Escritura, que, na providência de Deus, pode ser determinado, com grande precisão, dos manuscritos disponíveis. Afirmamos também que as cópias e as traduções da Escritura são a Palavra de Deus até ao ponto em que representam fielmente o original. Negamos que qualquer elemento essencial da fé cristã seja afetado pela ausência dos autógrafos. Além disso, negamos que esta ausência torne a afirmação da inerrância bíblica inálida ou irrelevante.

O Artigo X lida diretamente com a questão permanente do relacionamento entre o texto da Escritura que possuímos agora e os documentos originais, que não foram preservados, exceto por meio de cópias. Em primeira instância, a inspiração se aplica estritamente aos autógrafos originais da Escritura, as obras originais dos autores inspirados. Isto indica que o controle infalível de Deus na produção das Escrituras originais não foi perpetuado através das eras no processo de copiar e traduzir. É evidente que há algumas pequenas variações entre as cópias manuscritas que possuímos e que o processo de tradução tem de inserir variações para aqueles que leem as Escrituras em uma língua diferente do hebraico e do grego. Portanto, os elaboradores da Declaração de Chicago não estão defendendo uma transmissão do texto inspirada perpetuamente.

Visto que não temos os manuscritos originais, alguns têm argumentado que um apelo aos originais perdidos torna irrelevante todo o caso da

inspiração. Raciocinar desta maneira é mostrar desprezo pelo trabalho bastante sério que tem sido feito no campo da crítica textual. A crítica textual é a ciência que procura reconstruir um texto original por meio de uma análise cuidadosa e um exame dos manuscritos que possuímos agora. Esta tarefa tem sido realizada com respeito a todos os documentos da antiguidade que chegaram até nós por meio de cópias manuscritas. As Escrituras do Antigo e do Novo Testamento são provavelmente os textos que chegaram até nós com a atestação mais ampla e mais confiável. Em mais de 95% dos casos, os originais podem ser reconstruídos com uma certeza prática. Mesmo nos poucos casos em que alguma dúvida permanece, isso não interfere no significado da Escritura ao ponto de obscurecer um dogma da fé ou uma mandamento de vida. Assim, na Bíblia como a possuímos agora (e como é transmitida a nós por meio de traduções confiáveis), nós temos, de fato, a própria Palavra de Deus, uma vez que os manuscritos transmitem a nós toda a verdade vital dos originais.

A outra afirmação do Artigo X é que as cópias e as traduções da Escritura são a Palavra de Deus até ao ponto que representam fielmente o original. Embora não tenhamos os originais, temos traduções e cópias bem reconstruídas que, até ao ponto em que correspondem aos originais, podemos dizer que são a Palavra de Deus. Mas, por causa da presença evidente de erros nas cópias e erros de tradução, tem de ser feita a distinção entre a obra original de inspiração nos autógrafos e o trabalho de traduzir e copiar esses autógrafos.

A negação se preocupa com o fato importante de que naqueles minúsculos segmentos de manuscritos existentes nos quais a crítica textual não tem sido capaz de determinar com toda a certeza a redação original, nenhum ensino essencial da fé cristã é afetado.

Limitar a inerrância ou a inspiração ao manuscrito original não torna irrelevante toda a contenção. Faz muita diferença. Se o texto original fosse errante, a igreja teria a opção de rejeitar seus ensinos. Se o texto original é

inerrante (e temos de depender da ciência de crítica textual para reconstruir esse texto inerrante), não temos razão legítima para desobedecer a um mandamento da Escritura cujo texto não está sob dúvidas. Por exemplo, se dois teólogos concordam em que o texto original era inerrante, e se ambos concordam quanto ao que a cópia presente ensina e, além disso, concordam em que a cópia presente é uma representação exata do original, conclui-se inevitavelmente que os dois homens estão sob a obrigação divina de obedecer a esse texto. Se, por outro lado, afirmássemos que os manuscritos originais eram possivelmente errantes, e os dois teólogos concordassem quanto ao que a Bíblia ensinava e concordassem em que a tradução ou a cópia disponível representava fielmente o original, nenhum dos dois estaria sob a obrigação moral de submeter-se aos ensinamentos desse original talvez errante. Nisto está a importância do caráter do manuscrito original.

ARTIGO XI: INFALIBILIDADE

Afirmamos que a Escritura, tendo sido dada por inspiração divina, é infalível, de modo que, em vez de nos enganar, ela é verdadeira e confiável em todos os assuntos aos quais se refere. Negamos a possibilidade de que a Bíblia seja, ao mesmo tempo, infalível e errante em suas afirmações. A infalibilidade e a inerrância podem ser distinguidas, mas não separadas.

A afirmação central do Artigo XI é a infalibilidade da Escritura. Infalibilidade é definida, neste contexto, em termos positivos que significam a veracidade e a confiabilidade de todos os assuntos que a Escritura aborda. Negativamente, infalibilidade é definida como a qualidade daquilo que não falha.

A negação do Artigo XI toca em um importante ponto de controvérsia, em especial na era moderna. Há aqueles que afirmam que a Bíblia é infalível, mas não inerrante. Assim, a infalibilidade é separada da inerrância. A negação argumenta que não é possível sustentar com

coerência que algo é, ao mesmo tempo, infalível e errante em suas afirmações. Sustentar tal disjunção entre infalibilidade e inerrância envolveria uma contradição notória.

Embora as palavras *infalível* e *inerrante* tenham sido usadas frequentemente quase como sinônimos, há uma distinção histórica e técnica entre as duas. A distinção é entre o potencial e o factual, o hipotético e o real. A infalibilidade tem a ver com a questão de habilidade ou potencial; aquilo que é infalível deve ser incapaz de cometer erros ou enganos. Por contraste, aquilo que é inerrante é aquilo que, de fato, não erra. Teoricamente, algo pode ser falível e, ao mesmo tempo, inerrante. Ou seja, é possível alguém que erra não errar. No entanto, o contrário não é verdade. Se alguém é infalível, isso significa que ele não pode errar, e, se não pode errar, ele não erra. Se ele realmente erra, isso prova que ele é capaz de errar e, por isso, não é infalível. Assim, afirmar que algo é infalível e, ao mesmo tempo, errante é distorcer o significado de *infalível* e/ou de *errante* ou estar em uma situação de confusão. Neste sentido, infalibilidade e inerrância não podem ser separadas, embora possam ser distinguidas em termos de significado.

Em situações em que a palavra *infalível* tem sido substituída por *inerrante*, tem havido comumente uma intenção de afirmar sobre a Escritura um ponto de vista menos significativo do que o indicado pela palavra *inerrante*. De fato, o vocábulo *infalível* em seu significado original e técnico é um termo mais elevado do que *inerrante*. Outra vez, é importante reconhecer que algo falível poderia ser teoricamente inerrante. Mas aquilo que é infalível não pode ser teoricamente errante, ao mesmo tempo.

ARTIGO XII: INERRÂNCIA DO TODO

Afirmamos que a Escritura, em sua inteireza, é inerrante, sendo livre de toda falsidade, fraude e engano. Negamos que a infalibilidade e a inerrância bíblica sejam limitadas a temas espirituais, religiosos e redentores e não se apliquem a afirmações

sobre os campos da história e da ciência. Além disso, negamos que hipóteses científicas sobre a história da terra possam ser usadas apropriadamente para anular o ensino da Escritura sobre a criação e o dilúvio.

O Artigo XII afirma clara e inequivocamente a inerrância da Escritura Sagrada. Na afirmação, o significado de inerrância é dado em termos negativos: aquilo que é inerrante é “livre de toda falsidade, fraude e engano”. Aqui, a inerrância é definida por meio de negação, por estabelecer parâmetros além dos quais não podemos ir, limites que não podemos ultrapassar. Uma Bíblia inerrante não pode conter falsidade, fraude ou engano em seus ensinamentos e asseverações.

A negação rejeita explicitamente a tendência de alguns para limitar a infalibilidade e a inerrância a segmentos específicos da mensagem bíblica, tais como temas espirituais, religiosos ou redentores, excluindo as afirmações dos campos da história e da ciência. Em certos círculos, tem sido costume sustentar que a Bíblia não é história normal, e sim história redentora, com a ênfase na palavra *redentora*. E são estabelecidas teorias que limitam a inspiração aos temas de redenção, admitindo que a dimensão histórica contenha erros. No entanto, o fato de que a Bíblia não foi escrita como outras formas de história não nega a dimensão histórica na qual ela está envolvida. Embora a Bíblia seja, de fato, história *redentora*, ela é também a *história* da redenção, e isso significa que os atos de salvação operados por Deus aconteceram realmente no mundo de espaço e tempo.

No que diz respeito às questões de ciência, a segunda negação – a de que hipóteses científicas sobre a história da terra podem ser usadas para anular o ensino bíblico sobre os assuntos da criação e do dilúvio – rejeita a ideia de que a Bíblia fala com autoridade somente nas áreas de valor espiritual ou nos temas da redenção. A Bíblia tem algo a dizer sobre a origem da terra, o advento do homem e os assuntos que têm relevância científica, como a questão do dilúvio. É importante observar que a segunda negação não traz consigo a implicação de que hipóteses ou

pesquisas científicas são inúteis para o estudante da Bíblia ou que a ciência nada contribui para um entendimento do material bíblico. Apenas nega que o ensino das Escrituras possa ser invalidado pelos ensinamentos de fontes externas.

Para ilustrar a intenção da segunda negação do Artigo XII, lembramos o exemplo clássico do debate da igreja com a comunidade científica, na Idade Média, sobre a questão da geocentricidade e da heliocentricidade. A igreja adotara a antiga posição ptolemaica de que a terra era o centro do universo. Por isso, o conceito da geocentricidade. A inquirição e os estudos científicos, acompanhando especificamente o advento do telescópio, levaram muitos eruditos a concluir que o sol, e não a terra, era o centro, pelo menos, de nosso sistema solar. A evidência era convincente e irrefutável. Lembramos, com embaraço, que Galileu foi condenado por afirmar a heliocentricidade em oposição ao que a igreja achava ser o ensino da Escritura. No entanto, as descobertas científicas tornaram necessário que a igreja reexaminasse o ensino da Escritura para verificar se a Escritura ensinava realmente a geocentricidade ou se isto era uma inferência atribuída à Escritura com base numa cosmovisão antiga. Ao reexaminar o que a Escritura ensina realmente, a igreja chegou à conclusão de que não havia conflito com ciência neste assunto da geocentricidade, porque a Bíblia não ensina explicitamente ou assevera que a terra é o centro do sistema solar ou do universo. Neste caso, o avanço da ciência ajudou a igreja a corrigir uma antiga interpretação errônea da Escritura. Portanto, dizer que a ciência não pode anular o ensino da Escritura não significa dizer que a ciência não pode ajudar a igreja em entender a Escritura ou mesmo corrigir falsas inferências extraídas da Escritura ou interpretações erradas da Escritura. Por outro lado, esse ponto de vista não dá a alguém licença para reinterpretar a Escritura arbitrariamente e forçá-la a conformar-se com as teorias seculares das origens ou coisas semelhantes. Por exemplo, se a comunidade secular afirma que a humanidade é o resultado de um acidente cósmico ou produto de forças

cegas e impessoais, esse ponto de vista não pode ser reconciliado com a afirmação bíblica do ato de criação proposital do homem, por parte de Deus, sem fazer violência radical à própria Bíblia.

As questões de interpretação bíblica que tocam no campo da hermenêutica ficam para investigação e discussão posterior. Este artigo não define o que a Escritura ensina realmente sobre a criação e o dilúvio, mas afirma que o ensino bíblico sobre a criação e o dilúvio não pode ser negado por teorias seculares.



A Bíblia e a Verdade

O significado da palavra *verdade* deve ser autoevidente, mas isso não tem acontecido onde há discussões sobre a veracidade da Bíblia. O que é a verdade? Alguns têm argumentado que a Bíblia não é verdadeira se não se conforma com os padrões modernos de precisão científica – ausência de números redondos, gramática exata, descrições científicas de fenômenos naturais e assim por diante. Outros têm adotado uma posição contrária, argumentando que a Bíblia é verdadeira enquanto atinge seus propósitos espirituais, não importando se ela faz realmente afirmações falsas. Os Artigos XIII a XV tecem seu caminho entre esses extremos. Sustentam que a Bíblia deve ser avaliada por seus próprios princípios de verdade, que não necessariamente incluem formas modernas de expressão científica; e argumentam, ao mesmo tempo, que as afirmações da Escritura são sempre sem erros e, por isso, não iludem o leitor de modo algum.

O Artigo XIV lida com a maneira como discrepâncias aparentes – que envolvem problemas ainda não resolvidos – devem ser tratadas.

ARTIGO XIII: A VERDADE

Afirmamos a conveniência de usar a inerrância como um termo teológico que se refere à veracidade plena da Escritura. Negamos que seja conveniente avaliar a Escritura de acordo com os padrões de verdade e erro que são alheios ao seu uso e ao seu propósito. Também negamos que a inerrância seja anulada por fenômenos bíblicos como a falta de precisão técnica moderna, irregularidades de gramática ou de ortografia, descrições observacionais da natureza, o relato de mentiras, o uso de hipérbole e de números redondos, o arranjo tópico do material, seleções variadas de material em relatos correspondentes ou o uso de citações livres.

Talvez alguns pensem, em vista de todas as qualificações que estão listadas no Artigo XIII, que *inerrância* não é mais um termo apropriado que devemos usar a respeito da Bíblia. Alguns têm dito que ela “tem sofrido a morte de inúmeras qualificações”. Na verdade, o mesmo poderia ser dito sobre a palavra *Deus*. Por causa da complexidade de nosso conceito sobre Deus, tem sido necessário qualificar, em detalhes, as diferenças entre o que está sendo afirmado e o que está sendo negado quando usamos a palavra *Deus*. Essas qualificações não negam o valor da palavra, mas servem para aprimorar a sua precisão e a sua utilidade.

É importante notar que a palavra *inerrância* é chamada de termo teológico pelo Artigo XIII. É um termo teológico apropriado para se referir à veracidade plena da Escritura. Isto é basicamente o que está sendo afirmado no uso do termo *inerrância*: a Bíblia é plenamente verdadeira, todas as suas afirmações e negações correspondem à realidade. Termos teológicos como *inerrância* precisam frequentemente de qualificações e não podem ser tomados em um sentido crasso e literal. Por exemplo, o termo *onipotência*, quando usado para se referir a Deus, não significa literalmente o que ele parece significar. Ou seja, onipotência não

significa que Deus pode fazer qualquer coisa. O fato de que Deus é onipotente não significa que ele pode mentir, que ele pode morrer ou que ele pode ser Deus e não ser Deus, ao mesmo tempo e no mesmo relacionamento. No entanto, como um termo que se refere ao controle e a autoridade completa de Deus sobre o mundo criado, *onipotência* é o termo perfeitamente útil e apropriado em nosso vocabulário teológico.

Visto que a palavra *inerrância* tem de ser qualificada, alguns têm pensado que seria melhor excluí-la do vocabulário eclesiástico. Todavia, as qualificações da palavra não são novas, nem são embaraçosas, e a palavra serve como uma proteção apropriada daqueles que atacam a veracidade da Escritura de maneiras sutis. Quando falamos de inerrância, estamos falando do fato de que a Bíblia não viola seus próprios princípios de verdade. Isto não significa que a Bíblia é livre de irregularidades gramaticais ou coisas semelhantes, e sim que ela não contém afirmações que estão em conflito com a realidade objetiva.

A primeira negação, de que não é conveniente avaliar a Bíblia “de acordo com os padrões de verdade e erro que são alheios ao seu uso e ao seu propósito”, indica que seria impróprio avaliar a coerência interna da Bíblia com as suas afirmações de verdade por meio de padrões alheios à sua própria perspectiva da verdade. Quando dizemos que a veracidade da Escritura tem de ser avaliada de acordo com seus próprios padrões, queremos dizer que, para a Escritura ser verdadeira em suas afirmações, ela precisa ter uma coerência interna compatível com o conceito bíblico de verdade e que todas as afirmações da Bíblia têm de corresponder com a realidade, seja realidade histórica, factual ou espiritual.

A segunda negação nos dá uma lista de qualificações que não tenciona ser exaustiva, mas, antes, ilustrativa do tipo de considerações que se deve ter em mente quando se procura definir a palavra *inerrância*. Vejamos estas considerações mais de perto:

- “Precisão técnica moderna.” A inerrância não é anulada, por

exemplo, pelo fato de que a Bíblia usa ocasionalmente números redondos. Dizer que a verdade é distorcida quando o tamanho de uma multidão ou o tamanho de um exército é estimado em números redondos seria impor um critério de verdade que é estranho à literatura sob exame. Mesmo nos tempos modernos, quando um repórter de notícias diz que 50.000 pessoas se reuniram para assistir a um jogo de futebol, não se cogita que ele está envolvido em mentira, fraude ou engano, porque arredondou 49.878 para 50.000. Este é um uso apropriado de medidas de quantidade em reportar acontecimentos que não envolvem mentira.

- “Irregularidades de gramática ou de ortografia.” Embora seja mais bonito e atraente falar a verdade com um estilo fluente e com uma gramática apropriada, a exatidão gramatical não é necessária para a expressão da verdade. Por exemplo, suponha que um homem estivesse em julgamento por assassinato e lhe perguntam se ele matou sua esposa. Se ele responde: “Eu jamais tenho matado alguém”, a imprecisão de sua gramática não teria nada a ver com a verdade ou a mentira de sua afirmação. Ele não seria declarado culpado de assassinato porque seu apelo de inocência foi proferido em gramática rude e imprecisa. A inerrância não está relacionada à exatidão gramatical ou à inexatidão da linguagem da Escritura.
- “Descrições observacionais da natureza.” No que diz respeito aos fenômenos naturais, é claro que em muitas ocasiões a Bíblia fala com base na perspectiva do observador. A Bíblia fala do sol se levantando, se movendo pelos céus e se pondo. A partir da perspectiva da observação comum, é perfeitamente apropriado descrever as coisas como elas aparecem para o olho humano. Acusar a Bíblia de erro em descrever movimento planetário seria

impor às Escrituras uma perspectiva e um critério estranho. Ninguém se ofende quando um meteorologista fala de nascer do sol ou pôr do sol. Ninguém acusa o Instituto Nacional de Meteorologia de reverter-se à perspectiva medieval de geocentricidade por falar em nascer do sol e pôr do sol. Esses termos são perfeitamente apropriados para descrever as coisas como aparecem ao observador.

- “O relato de mentiras.” Alguns têm sustentado que a Bíblia não é inerrante porque relata mentiras, como as mentiras de Satanás e os ensinamentos fraudulentos dos falsos profetas. No entanto, embora a Bíblia contenha realmente declarações falsas, estas são relatadas como sendo mentiras e falsidades. Portanto, isto não diminui, de modo algum, o valor da verdade do relato bíblico, antes, o aumenta.
- “O uso de hipérbole.” Alguns têm apelado ao uso de hipérbole como uma razão técnica para rejeitarem a inerrância. Todavia, a hipérbole é um recurso literário perfeitamente legítimo. A hipérbole envolve o exagero intencional de uma afirmação para enfatizar algo. Ela provê a força de intensidade e ênfase que, de modo contrário, faltaria. O fato de que a Bíblia usa hipérbole é indubitável, mas a Declaração de Chicago nega que a hipérbole anule a inerrância. Os elaboradores do documento mantêm que o uso de hipérbole é perfeitamente coerente com a opinião da Bíblia sobre a verdade.

Outras questões, tais como o arranjo tópico do material, o uso de citações livres (por exemplo, do Antigo Testamento pelos escritores do Novo Testamento), as várias seleções de material e os relatos correspondentes – nos quais escritores diferentes incluem alguma

informação que outros escritores não têm, e excluem alguma informação que outros incluem – não destroem, de modo algum, a veracidade do que está sendo relatado. Embora os escritores da Bíblia possam ter arranjado seu material de maneira diferente, eles não afirmam que Jesus disse numa ocasião o que ele nunca disse em tal ocasião. Eles também não afirmam que um relato correspondente está errado por não incluir o que eles mesmos incluíram. Como um pregador itinerante, Jesus disse, sem dúvida, muitas coisas semelhantes em ocasiões diferentes.

Os padrões bíblicos de verdade e de erro são aqueles que são usados tanto na Bíblia como na vida diária. Eles têm a ver com uma visão de correspondência da verdade. Esta parte do artigo se dirige àqueles que redefinem a verdade para relacioná-la meramente a intenção redentora, àquilo que é puramente pessoal ou a coisas desse tipo, e não para significar aquilo que corresponde com a realidade. Por exemplo, Jesus afirmou que Jonas esteve “três dias e três noites no ventre do grande peixe” (Mt 12.40), e esta afirmação é verdadeira, não somente por causa do significado redentor da história de Jonas, mas também porque ela é literal e historicamente verdadeira. O mesmo pode ser dito das afirmações do Novo Testamento sobre Adão, Moisés, Davi e outras pessoas do Antigo Testamento, bem como sobre os eventos do Antigo Testamento.

ARTIGO XIV: COERÊNCIA

Afirmamos a unidade e a coerência interna da Escritura. Negamos que supostos erros e discrepâncias que ainda não foram solucionados invalidem as reivindicações de verdade da Bíblia.

Devido ao fato de que a Bíblia é a Palavra de Deus e reflete seu caráter fiel, é importante afirmar que ela é uma só. Embora ela contenha muitas informações de uma grande diversidade de escopo e interesse, há uma unidade e uma coerência interna que flui da natureza da verdade de

Deus. A veracidade de Deus produz unidade a partir da diversidade. Deus não é um autor de incoerência ou de contradição. Sua Palavra é consistente e coerente.

A negação do Artigo XIV lida com os problemas específicos de harmonização de textos que parecem ser contraditórios e com problemas de outros textos que são acusados de erros e discrepâncias ,repetidas vezes, pelos críticos. Temos de reconhecer que na Escritura há algumas discrepâncias ainda não resolvidas. Grande quantidade de escrutínio atencioso tem sido aplicada na investigação destes textos, e esse esforço tem produzido resultados bastante positivos. Muitas das supostas contradições foram esclarecidas, algumas na igreja primitiva, e outras, mais recentemente. Novo conhecimento sobre os textos antigos e o significado da língua na época bíblica, bem como novas descobertas procedentes dos manuscritos e pergaminhos achados pela arqueologia, tem ajudado substancialmente na solução de problemas e proporcionado uma base sólida para otimismo no que diz respeito à solução das dificuldades que ainda permanecem. As dificuldades que ainda não foram resolvidas poderão ser resolvidas sob um minucioso exame posterior.

Esta maneira de lidar com a resolução de dificuldades, pode ser vista, a princípio, como um exercício de “apelo especial”. Todavia, se alguma obra merece consideração especial, esta obra é a Escritura Sagrada. Antes de chegarmos à conclusão de que estamos diante de contradição irresolúvel, temos de exaurir toda a pesquisa de esclarecimento disponível. Um espírito de humildade exige que dediquemos atenção especial às soluções que já foram encontradas, reconhecendo que não fazemos tudo que podemos em nosso esforço para dar uma atenção justa e criteriosa ao texto da Bíblia. Algumas das grandes descobertas que nos ajudam a entender a Bíblia aconteceram porque fomos obrigados a cavar mais profundamente em nossos esforços para reconciliar dificuldades do texto. Não devemos julgar estranho o fato de que uma obra que inclui 66 livros diferentes, escrita num período de mais de 1.400 anos, tenha algumas

dificuldade de harmonização.

Frequentemente, pessoas apresentam a acusação de que a Bíblia é cheia de contradições. Tais afirmações não se sustentam ante as evidências. O número de passagens seriamente difíceis comparado com a quantidade total do material que temos na Bíblia é realmente muito pequeno. Seria imprudente e mesmo ousado, de nossa parte, ignorar as afirmações de verdade da Bíblia apenas por causa de dificuldades não resolvidas. Temos nisso algo semelhante à presença de anomalias no mundo científico. Anomalias podem ser tão importantes que tornam necessário que os cientistas repensem suas teorias sobre a natureza da geologia, biologia ou coisas assim. Na maioria dos casos, porém, quando um peso incontestável de evidência aponta para a viabilidade de uma teoria, apesar de algumas anomalias remanescentes que não parecem encaixar-se na teoria, no mundo científico não é praxe “descartar” a teoria bem atestada por causa de algumas poucas dificuldades que ainda não foram resolvidas. Com esta analogia, podemos ousar dizer que, ao examinar as Escrituras como o fazemos, não fazemos nada mais ou nada menos do que aplicar o método científico à nossa pesquisa da Escritura.

Todo estudante da Escritura tem de encarar com franqueza e honestidade as dificuldades que ainda não foram resolvidas. Isso exige nossos esforços intelectuais mais profundos. Devemos procurar aprender da Escritura à medida que examinamos o texto vez após vez. Ganhamos um entendimento mais profundo da Palavra de Deus quando nos envolvemos no processo de resolução dessas dificuldades.

ARTIGO XV: ACOMODAÇÃO

Afirmamos que a doutrina da inerrância está fundamentada no ensino da Bíblia sobre a inspiração. Negamos que o ensino de Jesus sobre a Escritura possa ser ignorado por apelos à acomodação ou a qualquer limitação de sua humanidade.

Na afirmação do Artigo XV, a inerrância como uma doutrina é vista como sendo inseparavelmente ligada ao ensino bíblico da inspiração. Embora a Bíblia não use, em nenhuma passagem, a palavra *inerrância*, o conceito está nas Escrituras. As Escrituras têm sua própria afirmação de ser a Palavra de Deus. As palavras dos profetas são prefaciadas com as palavras “Assim diz o SENHOR”. Jesus falou sobre as Escrituras do Antigo Testamento como sendo incapazes de falhar (Jo 10.35). Ele disse que nem um i ou um til jamais passará da lei até que tudo se cumpra (Mt 5.18). Paulo disse que toda a Escritura foi dada por inspiração (2 Tm 3.16). A inerrância é a consequência da inspiração, visto ser inconcebível que Deus inspirou aquilo que é fraudulento, falso ou enganoso. Portanto, embora a palavra *inerrância* não seja usada explicitamente nas Escrituras, a palavra *inspiração* é, e o conceito de inerrância é designado para fazer justiça ao conceito de inspiração.

Não devemos pensar que, devido ao fato de que a Bíblia não contém as palavras *inerrante* ou *inerrância*, não há base bíblica para a doutrina da inerrância. Em nenhuma de suas passagens, a Bíblia usa a palavra *trindade*, mas, apesar disso, a doutrina da Trindade é ensinada claramente no Novo Testamento. Quando a igreja afirma uma doutrina, ela não julga necessário encontrar um correspondente verbal entre a doutrina e as palavras da própria Bíblia.

A afirmação deste artigo dá a entender que a doutrina da inerrância da Escritura é, em última análise, uma doutrina baseada no ensino do próprio Senhor Jesus. Os elaboradores desta confissão não queriam expressar nenhuma opinião das Escrituras maior ou menor do que a sustentada e ensinada por Jesus. Isso se torna explícito na negação. A negação expressa que o ensino de Jesus sobre a Escritura não pode ser rejeitado facilmente. Em anos recentes, tem estado em voga os protestantes admitirem que Jesus sustentava e ensinava realmente uma doutrina de inspiração que comportava o conceito de inerrância, mas, depois, eles argumentam que a

opinião de Jesus era deficiente à luz das limitações vinculadas à sua natureza humana. O fato de que Jesus sustentava uma opinião sobre a inspiração como ele o fazia é “justificada” com base na ideia de que, no tocante à sua natureza humana, Jesus era um produto de seu tempo. Afirma-se que Jesus pode, talvez, não ter conhecido todos os problemas que foram suscitados pela alta crítica. Como resultado, Jesus, assim com o resto de seus contemporâneos, aceitava acriticamente, quanto à Escritura, a noção que prevalecia em seus dias. Por exemplo, diz-se que Jesus, ao afirmar que Moisés escrevera sobre ele, não tinha consciência da hipótese documental que aparentemente destruiria qualquer argumento em favor da autoria de Moisés nos cinco primeiros livros do Antigo Testamento.

Essa suposta ignorância de Jesus concernente à verdade sobre a Escritura é justificada com o argumento de que ele só podia saber a verdade se fosse onisciente em sua natureza humana. Se Jesus tivesse sido onisciente em sua natureza humana, ou seja, se tivesse sabido todas as coisas, isso teria envolvido uma confusão das naturezas divina e humana. A onisciência é um atributo da Deidade e não da humanidade. Visto que os protestantes não creem que a natureza humana de Jesus foi deificada com atributos como a onisciência parece totalmente compreensível e justificável que, em sua falta de conhecimento, ele tenha cometido erros sobre a Escritura. Esta é a linha de raciocínio que a negação do artigo repudia.

Os problemas criados por essas explicações são profundos e numerosos demais para uma abordagem detalhada neste livro. Todavia, embora admitíssemos que Jesus não fosse onisciente em sua natureza humana, afirmamos que suas reivindicações de ensinar não por sua própria autoridade, mas pela autoridade do Pai (Jo 8.28), e de ser a própria encarnação da verdade (Jo 14.6) seriam fraudulentas, se ele ensinasse alguma coisa com erro. Se ele tivesse cometido um erro procedente de ignorância, ele teria se tornado culpado por afirmar saber a verdade que, de fato, ele não sabia. Nisto, está em jogo a nossa própria

redenção. Se Jesus ensinava falsamente enquanto reivindicava estar falando a verdade, ele era culpado de pecado. Se ele era culpado de pecado, sua expiação não podia expiar nem a ele mesmo, e muito menos o seu povo. Em última análise, a doutrina da Escritura está ligada à doutrina de Jesus Cristo. É por causa da opinião elevada de Jesus sobre as Escrituras que os elaboradores desta confissão sustentam tão vigorosamente uma opinião elevada sobre a Escritura.

Outra vez, em diversos círculos evangélicos está na moda crer em Jesus quando ele fala de coisas celestiais, redenção e salvação, mas corrigi-lo quando ele fala de questões históricas como os escritos do Pentateuco e outras questões relacionadas à doutrina da Escritura. Neste ponto, aqueles que aceitam Jesus quando ele fala sobre assuntos da redenção, mas o rejeitam, quando fala sobre questões históricas, violam um princípio que o próprio Jesus expôs. Jesus fez a pergunta retórica: “Se, tratando de coisas terrenas, não me credes, como creereis, se vos falar das celestiais?” (Jo 3.12). Parece que temos uma geração de eruditos que estão dispostos a crer em Jesus no que concerne às coisas celestiais, enquanto rejeitam as coisas que ele ensinou a respeito da terra. (O que Jesus disse sobre a história pode ser falsificado por métodos críticos, mas o que ele disse sobre as coisas celestiais está além da verificação de falsificação.) Os elaboradores desta confissão creem que o princípio de Jesus sobre a confiabilidade de seus ensinamentos, concernentes tanto às questões celestiais quanto às questões terrenas, tem de ser sustentado até hoje.



A Bíblia e Você

A discussão sobre a inerrância é apenas um exercício acadêmico se não afeta o cristão individual no nível de seu crescimento em Deus. Isto é precisamente o que ela faz. A confissão da plena autoridade e inerrância da Escritura deve levar-nos à conformidade crescente com a imagem de Cristo, que é o alvo determinado por Deus para cada cristão. Os artigos finais de Afirmação e de Negação na Declaração de Chicago lidam com este assunto.

ARTIGO XVI: HISTÓRIA DA IGREJA

Afirmamos que a doutrina da inerrância tem sido integral à fé da igreja através de sua história. Negamos que a inerrância seja uma doutrina inventada pelo protestantismo escolástico ou uma posição reacionária tomada em resposta a uma crítica negativa.

Esta afirmação fala novamente sobre a doutrina da inerrância, não sobre a palavra *inerrância*. É prontamente reconhecido que a palavra *inerrância* não foi usada com qualquer grau de frequência e, talvez, nem mesmo de maneira alguma antes do século XVII. Por exemplo, Martinho Lutero não usou em lugar algum o termo *inerrância* como um substantivo referente à Escritura. Por causa disso, alguns têm dito que Lutero não acreditava na inerrância. No entanto, Lutero argumentou que as Escrituras nunca “erram”. Dizer que as Escrituras nunca erram é o mesmo que dizer nada mais ou nada menos que a Bíblia é inerrante. Portanto, embora a palavra *inerrância* seja uma invenção relativamente moderna, o conceito está alicerçado não somente no testemunho bíblico quanto à Escritura, mas também em sua aceitação pela vasta maioria do povo de Deus através da história da igreja cristã. Achemos a doutrina ensinada, aceita e exposta por homens como Agostinho, Tomás de Aquino, João Calvino, Jonathan Edwards e outros eruditos e mestres cristãos em toda a história da igreja. Embora a linguagem de inerrância não apareça nas confissões de fé protestantes até aos tempos modernos, o conceito de inerrância não é, certamente, alheio ou estranho às confissões do Oriente ou do Ocidente, católicas ou protestantes.

A negação segue de perto o pensamento da afirmação. Afirma que inerrância como um conceito não é o produto de uma abordagem rígida, estéril e racionalista da Escritura nascida do movimento escolástico do protestantismo do século XVII. Também não é apropriado entender a doutrina como uma reação do século XX à teologia liberal ou ao “modernismo”.

A afirmação da inerrância não é algo recente. A sua negação é que é recente. Não é a reação à alta crítica que é nova; é o aparecimento de suposições filosóficas de criticismo negativo. Esse criticismo não é novo no sentido de que ninguém jamais questionou a integridade ou a autenticidade da Escritura em épocas passadas, mas a novidade do

fenômeno é sua aceitação ampla e fácil nas igrejas, por meio de líderes que afirmam lealdade ao cristianismo.

ARTIGO XVII: TESTEMUNHO DO ESPÍRITO

Afirmamos que o Espírito Santo dá testemunho das Escrituras, assegurando os crentes da veracidade da Palavra de Deus escrita. Negamos que este testemunho do Espírito Santo opere separado da ou contra as Escrituras.

O Artigo XVII atesta a doutrina do testemunho interno do Espírito Santo. Isso significa: nossa convicção pessoal da verdade da Escritura depende não das evidências externas da veracidade da Escritura em e por si mesmas, mas essas evidências são confirmadas em nosso coração pela obra especial de Deus, o Espírito Santo. O próprio Espírito testifica ao nosso espírito humano que as Escrituras são realmente a Palavra de Deus. Neste caso, Deus mesmo confirma a veracidade de sua própria Palavra.

A negação nos protege de substituímos o conteúdo da própria Escritura pela dependência da orientação imediata do Espírito Santo. O pensamento que está por trás da negação é que o Espírito Santo opera normalmente em conjunção com a Escritura e fala conosco por meio da Escritura, e não em contrário à Escritura ou sem a Escritura. A Palavra e o Espírito têm de ser vistos juntos, a Palavra dando testemunho do Espírito e sendo o meio pelo qual provamos os espíritos, para averiguar se eles são de Deus (1 Jo 4.1), e o Espírito operando em nosso coração para confirmar a Palavra de Deus para nós. Portanto, há reciprocidade entre a Palavra e o Espírito, e eles nunca devem ser colocados um contra o outro.

ARTIGO XVIII: INTERPRETAÇÃO

Afirmamos que o texto da Escritura deve ser interpretado pela exegese gramático-histórica, levando em conta suas formas e artifícios literários, e que a Escritura interpreta a Escritura. Negamos a legitimidade de qualquer abordagem do texto ou

qualquer busca de fontes que estão por trás do texto que leva à relativização, distorção ou menosprezo de seu ensino ou à rejeição de sua reivindicação de autoridade.

O Artigo XVII toca em alguns dos princípios mais básicos de interpretação bíblica. Embora este artigo não exponha em detalhes um abrangente sistema de hermenêutica, ele nos dá princípios básicos com os quais os elaboradores da confissão foram capazes de concordar. O primeiro é que o texto da Escritura deve ser interpretado pela exegese gramático-histórica. O termo *gramático-histórica* se refere ao processo pelo qual tomamos com seriedade as estruturas e os períodos de tempo do texto enquanto os interpretamos. Os intérpretes bíblicos não têm licença de espiritualizar ou alegorizar um texto em oposição à estrutura e à forma gramatical do próprio texto. A Bíblia não deve ser reinterpretada para ser conformada às filosofias contemporâneas; antes, ela deve ser entendida em seu significado intencional e no uso da palavra conforme ela era empregada no tempo em que foi escrita. Apegar-nos à exegese histórico-gramatical significa não admitir que a Bíblia seja moldada e remoldada de acordo com as convenções modernas de pensamento.

O segundo princípio da afirmação é que devemos levar em conta as formas e os artifícios literários que se acham nas próprias Escrituras. Isto nos remete aos princípios de interpretação expostos por Lutero e os reformadores. Um verbo tem de ser interpretado como verbo, um substantivo, como substantivo, uma parábola, como parábola, literatura didática, como literatura didática, poesia, como poesia e assim por diante. Transformar uma história narrativa em poesia ou poesia em história narrativa seria violar o significado intencional do texto. Portanto, é importante que os intérpretes da Bíblia estejam cientes das formas literárias e das estruturas gramaticais que estão nas Escrituras. Uma análise destas formas é necessária e apropriada para qualquer interpretação correta do texto.

O terceiro princípio na afirmação é que a Escritura deve interpretar a

Escritura. Ele se alicerça na afirmação anterior de que a Bíblia é uma mensagem unificada, consistente e coerente de Deus. Qualquer interpretação de uma passagem que resulta num significado que está em contradição direta com outra porção da Escritura é errada. É quando a Escritura interpreta a Escritura que a soberania do Espírito Santo, o intérprete supremo da Bíblia, é devidamente reconhecida. Colocar arbitrariamente uma parte da Escritura contra outra viola este princípio. A Escritura deve ser interpretada não somente em termos de seu contexto imediato, mas também de todo o contexto da Palavra de Deus.

A negação do Artigo XVIII rejeita a conveniência de análises críticas do texto que produzem uma relativização da Bíblia. Isto não proíbe uma busca apropriada por fontes literárias ou fontes orais que possam ser discernidas por meio de crítica de fonte, mas define até aonde essa análise crítica pode ir. Quando a busca por fontes produz uma negação da história da Bíblia, uma rejeição de seu ensino ou uma rejeição das afirmações de autoria da própria Bíblia, tal busca foi além de seus limites apropriados. Isto não proíbe um exame de evidências externas para descobrir a autoria não afirmada dos livros da Escritura Sagrada, como a Epístola aos Hebreus. Uma pesquisa é até permissível para definir tradições literárias que podem ter sido reunidas por um editor final cujo nome é mencionado nas Escrituras. Todavia, nunca é legítimo ir contra as afirmações explícitas da Bíblia.

ARTIGO XIX: SAÚDE DA IGREJA

Afirmamos que uma confissão da infalibilidade, autoridade e inerrância plena da Escritura é vital para um entendimento correto de toda a fé cristã. Afirmamos também que tal confissão deve levar à conformidade crescente com a imagem de Cristo. Negamos que tal confissão seja necessária à salvação. Negamos também que a inerrância possa ser rejeitada sem consequências graves tanto para o indivíduo como para a igreja.

A afirmação do Artigo XIX diz respeito à importância da doutrina da

inerrância para a vida cristã. Aqui, o caráter funcional da autoridade bíblica está em vista. O artigo afirma que a confissão não está limitada a interesse doutrinário por pureza teológica, mas se origina num profundo interesse por que a Bíblia permaneça como a autoridade para nortear a vida cristã. Também reconhece que é possível as pessoas crerem na inerrância e na infalibilidade da Escritura e, ao mesmo tempo, levarem vidas ímpias. Reconhece que uma confissão de uma doutrina da Escritura não é suficiente para trazer-nos à santificação, mas que uma parte muito importante do processo de crescimento do cristão é colocar a confiança em uma revelação fiel da Palavra de Deus e, por meio disso, ser movido interiormente a se conformar com a imagem de Cristo. Uma vigorosa doutrina da autoridade da Escritura, quando implementada corretamente, deve levar a pessoa a um grau maior de conformidade com a Palavra que ela expõe como verdadeira.

A negação do Artigo XIX é muito importante. Os elaboradores da confissão estão dizendo inequivocamente que a confissão de crer na inerrância da Escritura não é um elemento da fé cristã essencial à salvação. Reconhecimento com alegria que pessoas que não sustentam esta doutrina podem ser, de muitas maneiras, cristãos fervorosos, genuínos, zelosos e dedicados. Não consideramos a aceitação da inerrância como um teste para a salvação. No entanto, os elaboradores instam as pessoas a que considerem as consequências severas que podem sobrevir ao indivíduo ou à igreja que rejeita negligente e facilmente a inerrância. Cremos que a história tem demonstrado, repetidas vezes, que muito frequentemente há uma relação entre a rejeição da inerrância e os desvios subsequentes de ensinamentos da fé cristã que são essenciais à salvação. Quando a igreja perde sua confiança na autoridade da Escritura Sagrada, ela olha inevitavelmente para a opinião humana como sua luz norteadora. Quando isso acontece, a pureza da igreja é terrivelmente ameaçada.

Portanto, exortamos nossos irmãos e irmãs em Cristo, de todas as confissões e denominações, a se unirem conosco em uma reafirmação de

autoridade, integridade, infalibilidade e inerrância plena da Escritura Sagrada, com o propósito de que nossa vida seja colocada sob a autoridade da Palavra de Deus, para que, glorifiquemos a Cristo individual e coletivamente, como a igreja.

A Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica

A autoridade das Escrituras é um assunto crucial para a igreja nesta e em toda época. Aqueles que professam fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador são chamados a mostrar a realidade de seu discipulado pela obediência humilde e fiel à Palavra de Deus escrita. Para o nosso Senhor, afastar-se das Escrituras na fé ou na conduta é idolatria. O reconhecimento da verdade e da confiabilidade plena da Escritura Sagrada é essencial para uma compreensão total e uma confissão apropriada de sua autoridade.

Esta declaração afirma novamente a inerrância das Escrituras, tornando claro o nosso entendimento a seu respeito e advertindo contra a sua negação. Estamos convencidos de que negar as Escrituras é rejeitar o testemunho de Jesus Cristo e do Espírito Santo e recusar-se àquela submissão às reivindicações da Palavra do próprio Deus que caracteriza a verdadeira fé cristã. Em face dos desvios atuais da verdade da inerrância, entre nossos colegas cristãos, e da incompreensão sobre esta doutrina no mundo em geral, julgamos que fazer esta declaração é o nosso dever oportuno.

Esta declaração consiste de três partes: uma Declaração Breve, Artigos de Afirmação e de Negação, acompanhados de uma Exposição. Isto foi preparado no decurso de uma consulta de três dias em Chicago. Aqueles que assinaram a Declaração Breve e os Artigos desejam afirmar sua própria convicção quanto à inerrância das Escrituras, bem como incentivar e desafiar uns aos outros e a todos os cristãos à apreciação e ao entendimento crescente desta doutrina. Reconhecemos as limitações de

um documento preparado em uma conferência breve e intensiva e não pretendemos que esta declaração tenha a força de um credo. Todavia, nos regozijamos no aprofundamento de nossas convicções por meio das discussões que realizamos juntos e oramos para que a declaração que assinamos seja usada para a glória de nosso Deus, visando uma nova reforma da igreja em sua fé, vida e missão.

Oferecemos esta declaração em um espírito, não de contenção, mas de humildade e amor, que desejamos, pela graça de Deus, manter em qualquer diálogo futuro que surgir acerca do que dissemos. Reconhecemos, com alegria, que muitos dos que negam a inerrância das Escrituras não mostram as consequências desta negação no resto de sua crença e de seu comportamento. Estamos cientes de que nós, que confessamos esta doutrina, muitas vezes a negamos por falhar em trazer nossos pensamentos e nossas obras, nossas tradições e nossos hábitos em verdadeira sujeição à Palavra divina.

Solicitamos resposta a esta declaração de qualquer pessoa que, à luz das Escrituras, achar razão para melhorarmos suas afirmações a respeito das Escrituras, sob cuja autoridade infalível nos mantemos enquanto falamos. Não reivindicamos infalibilidade pessoal para o testemunho que prestamos. Seremos gratos por qualquer ajuda que nos capacite a fortalecer este testemunho da Palavra de Deus.

UMA DECLARAÇÃO BREVE

1. Deus, que é, ele mesmo, a verdade e fala somente a verdade, inspirou a Escritura Sagrada para, por meio dela, revelar-se a si mesmo à humanidade caída, por intermédio de Jesus Cristo, como Criador e Senhor, Redentor e Juiz. A Escritura Sagrada é o testemunho de Deus a respeito de si mesmo.

2. A Escritura Sagrada, sendo a Palavra do próprio Deus, escrita por homens preparados e supervisionados por seu Espírito, possui autoridade

divina infalível em todos os assuntos de que trata. Deve ser crida, como a instrução de Deus, em tudo que afirma; obedecida, como ordem de Deus, em tudo que exige; aceita, como garantia de Deus, em tudo que promete.

3. O Espírito Santo, autor da Escritura divina, tanto a autentica para nós, por seu testemunho interno, como abre nossa mente para entendermos seu significado.

4. Sendo plena e verbalmente dada por Deus, a Escritura não tem erros ou falhas em todos os seus ensinamentos, nem no que diz sobre os atos de Deus na criação, sobre os acontecimentos da história mundial e sobre as suas origens literárias sob a supervisão de Deus; nem no seu testemunho sobre a graça salvadora de Deus na vida de indivíduos.

5. A autoridade da Escritura é fatalmente prejudicada se esta absoluta inerrância divina é, de algum modo, limitada, ignorada ou relacionada a uma visão da verdade contrária à própria Bíblia. E esses desvios trazem perdas sérias tanto para o indivíduo como para a igreja.

ARTIGOS DE AFIRMAÇÃO E DE NEGAÇÃO

Artigo I

Afirmamos que as Escrituras Sagradas devem ser recebidas como a Palavra de Deus plena de autoridade. *Negamos* que as Escrituras recebam sua autoridade da igreja, da tradição ou de qualquer outra fonte humana.

Artigo II

Afirmamos que as Escrituras são a suprema norma escrita pela qual Deus compele a consciência e que a autoridade da igreja é subordinada à da Escritura. *Negamos* que os credos, os concílios ou as declarações da igreja tenham autoridade maior do que, ou iguais, a autoridade da Bíblia.

Artigo III

Afirmamos que a Palavra escrita é, em sua inteireza, a revelação dada por Deus. *Negamos* que a Bíblia seja apenas um testemunho da revelação,

ou se torne revelação somente quando a encontramos, ou dependa das respostas dos homens para a sua validação.

Artigo IV

Afirmamos que Deus, que fez o homem à sua imagem, usou a linguagem como um meio de revelação. *Negamos* que a linguagem humana seja tão limitada por nossa condição de criatura, que seja inadequada como um veículo para a revelação divina. Além disso, negamos que a corrupção da cultura e da linguagem humana, causada pelo pecado, tenha impedido a obra de inspiração de Deus.

Artigo V

Afirmamos que a revelação de Deus nas Escrituras Sagradas foi progressiva. *Negamos* que revelação posterior, que possa completar a revelação anterior, corrija-a ou contradiga-a. Além disso, negamos que qualquer revelação normativa tenha sido dada após a conclusão dos escritos do Novo Testamento.

Artigo VI

Afirmamos que toda a Escritura e todas as suas partes, até as próprias palavras do original, foram dadas por inspiração divina. *Negamos* que a inspiração da Escritura possa ser afirmada corretamente a respeito do todo sem as partes ou a respeito de algumas partes, mas não do todo.

Artigo VII

Afirmamos que a inspiração foi a obra pela qual Deus, mediante o seu Espírito, por meio de escritores humanos, nos deu sua Palavra. A origem da Escritura é divina. O modo da inspiração divina permanece um mistério para nós. *Negamos* que a inspiração possa ser reduzida a discernimento humano ou a qualquer estado de consciência elevado.

Artigo VIII

Afirmamos que Deus, em sua obra de inspiração, utilizou as personalidades distintas e os estilos literários dos escritores que ele escolheu e preparou. *Negamos* que Deus, ao fazer estes escritores usarem as próprias palavras que ele escolheu, tenha ignorado a personalidade deles.

Artigo IX

Afirmamos que a inspiração, embora não tenha conferido onisciência, garantiu a proclamação verdadeira e confiável de todas as coisas sobre as quais os autores bíblicos foram movidos a falar e a escrever. *Negamos* que a finitude ou a imperfeição destes escritores tenha introduzido, necessariamente, distorção ou falsidade na Palavra de Deus.

Artigo X

Afirmamos que a inspiração, falando estritamente, se aplica somente ao texto original da Escritura, que, na providência de Deus, pode ser determinado, com grande precisão, dos manuscritos disponíveis. *Afirmamos* também que as cópias e as traduções da Escritura são a Palavra de Deus até ao ponto em que representam fielmente o original. *Negamos* que qualquer elemento essencial da fé cristã seja afetado pela ausência dos autógrafos. Além disso, *negamos* que esta ausência torne a afirmação da inerrância bíblica inválida ou irrelevante.

Artigo XI

Afirmamos que a Escritura, tendo sido dada por inspiração divina, é infalível, de modo que, em vez de nos enganar, ela é verdadeira e confiável em todos os assuntos aos quais se refere. *Negamos* a possibilidade de que a Bíblia seja, ao mesmo tempo, infalível e errante em suas afirmações. A infalibilidade e a inerrância podem ser distinguidas, mas não separadas.

Artigo XII

Afirmamos que a Escritura, em sua inteireza, é inerrante, sendo livre de toda falsidade, fraude e engano. *Negamos* que a infalibilidade e a inerrância bíblica sejam limitadas a temas espirituais, religiosos e redentores e não se apliquem a afirmações sobre os campos da história e da ciência. Além disso, negamos que hipóteses científicas sobre a história da terra possam ser usadas apropriadamente para anular o ensino da Escritura sobre a criação e o dilúvio.

Artigo XIII

Afirmamos a conveniência de usar a inerrância como um termo teológico que se refere à veracidade plena da Escritura. *Negamos* que seja conveniente avaliar a Escritura de acordo com os padrões de verdade e erro que são alheios ao seu uso e ao seu propósito. Também negamos que a inerrância seja anulada por fenômenos bíblicos como a falta de precisão técnica moderna, irregularidades de gramática ou de ortografia, descrições observacionais da natureza, o relato de mentiras, o uso de hipérbole e de números redondos, o arranjo tópico do material, seleções variadas de material em relatos correspondentes ou o uso de citações livres.

Artigo XIV

Afirmamos a unidade e a coerência interna da Escritura. *Negamos* que supostos erros e discrepâncias que ainda não foram solucionados invalidem as reivindicações de verdade da Bíblia.

Artigo XV

Afirmamos que a doutrina da inerrância está fundamentada no ensino da Bíblia sobre a inspiração. *Negamos* que o ensino de Jesus sobre a Escritura possa ser rejeitado sob o argumento de adaptação ou a qualquer limitação decorrente de sua humanidade.

Artigo XVI

Afirmamos que a doutrina da inerrância tem sido integral à fé da igreja através de sua história. *Negamos* que a inerrância seja uma doutrina inventada pelo protestantismo escolástico ou uma posição reacionária tomada em resposta a alta crítica negativa.

Artigo XVII

Afirmamos que o Espírito Santo dá testemunho das Escrituras, assegurando os crentes da veracidade da Palavra de Deus escrita. *Negamos* que este testemunho do Espírito Santo opere separado ou contra as Escrituras.

Artigo XVIII

Afirmamos que o texto da Escritura deve ser interpretado pela exegese gramático-histórica, levando em conta suas formas e artifícios literários, e que a Escritura interpreta a Escritura. *Negamos* a legitimidade de qualquer abordagem do texto ou qualquer busca de fontes que estão por trás do texto que leva à relativização, distorção ou menosprezo de seu ensino ou à rejeição de sua reivindicação de autoridade.

Artigo XIX

Afirmamos que uma confissão da infalibilidade, autoridade e inerrância plena da Escritura é vital para um entendimento correto de toda a fé cristã. *Afirmamos* também que tal confissão deve levar à conformidade crescente com a imagem de Cristo. *Negamos* que tal confissão seja necessária à salvação. *Negamos* também que a inerrância possa ser rejeitada sem consequências graves tanto para o indivíduo como para a igreja.

EXPOSIÇÃO

Nosso entendimento da doutrina da inerrância tem de ser estabelecido no contexto dos ensinamentos mais amplos da Escritura concernentes a ela

mesma. Esta exposição oferece uma explicação do esboço de doutrina com base no qual nossa afirmação breve e nossos artigos são formulados.

criação, revelação e inspiração

O Deus trino, que formou todas as coisas por suas afirmações criadoras e governa todas as coisas por sua Palavra de decreto, fez a humanidade à sua própria imagem para uma vida de comunhão consigo mesmo, no modelo da comunhão eterna de comunicação amorosa que existe na Divindade. Como portador da imagem de Deus, o homem deveria ouvir a Palavra de Deus dirigida a ele e responder com alegria de obediência adoradora. Além da autorrevelação de Deus na ordem criada e na sequência de eventos dentro da ordem criada, os seres humanos, desde Adão, têm recebido mensagens verbais de Deus, quer de maneira direta, como afirmado na Escritura, quer de maneira indireta, na forma de partes ou de toda a Escritura.

Quando Adão caiu, o Criador não abandonou a humanidade ao julgamento final, mas prometeu salvação e começou a se revelar como Redentor numa sequência de acontecimentos históricos, centralizando-se na família de Abraão e culminando na vida, na morte, na ressurreição, no ministério presente e no retorno prometido de Jesus Cristo. Dentro desta estrutura, Deus falou intermitentemente palavras de julgamento e misericórdia, promessa e mandamento a seres humanos pecadores, atraindo-os a um relacionamento pactual de compromisso mútuo com eles, no qual ele os abençoa com dons da graça, e eles o bendizem em adoração correspondente.

Moisés, que Deus usou como mediador para transmitir suas palavras ao seu povo, no tempo do Êxodo, é o cabeça de uma longa linhagem de profetas em cuja boca e escritos Deus pôs suas palavras para serem entregues a Israel. O propósito de Deus nesta sucessão de mensagens era manter sua aliança, ao fazer seu povo conhecer seu nome – ou seja, sua

natureza – sua vontade na forma de preceitos e de propósitos no presente e para o futuro. Esta linha de porta-vozes proféticos de Deus chegou ao término em Jesus Cristo, a Palavra de Deus encarnada, que era, ele mesmo, um profeta – mais do que um profeta, porém, não menos – e nos apóstolos e profetas da primeira geração de cristãos. Quando a Palavra de Deus final e conclusiva, sua Palavra ao mundo concernente a Jesus Cristo, foi proferida e explicada por aqueles que constituíam o círculo dos apóstolos, a sequência de mensagem revelada cessou. A partir daí, a igreja tinha de viver e conhecer a Deus por meio daquilo que ele já havia dito para todo o tempo.

No Sinai, Deus escreveu os termos da sua aliança em tábuas de pedra, como seu testemunho permanente e para acesso constante. E, durante o período da revelação profética e apostólica, Deus moveu homens a escrever as mensagens que foram dadas a eles e por meio deles, juntamente com os relatos de celebração do lidar de Deus com seu povo, as reflexões morais sobre a vida na aliança e formas de louvor e oração por misericórdia pactual. A realidade teológica da inspiração na produção dos documentos bíblicos corresponde àquela que achamos nas profecias faladas, embora a personalidade dos escritores humanos tenha sido expressa no que eles escreveram, as palavras foram divinamente constituídas. Assim, o que a Escritura diz, Deus diz; a autoridade da Escritura é a autoridade de Deus, porque ele é o Autor final, tendo dado a Escritura por meio da mente e das palavras de homens preparados e escolhidos que, com liberdade e fidelidade, “falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (2 Pe 1.21). A Escritura Sagrada tem de ser reconhecida como Palavra de Deus por causa de sua origem divina.

AUTORIDADE: CRISTO E A BÍBLIA

Jesus Cristo, o Filho de Deus, que é a Palavra de Deus encarnada, nosso Profeta, Sacerdote e Rei, é o Mediador final da comunicação de

Deus ao homem, assim como ele o é de todos os dons da graça de Deus. A revelação que ele deu foi mais do que verbal. Ele revelou o Pai por meio de sua presença e de suas obras. Entretanto, suas palavras eram crucialmente importantes, pois ele era Deus, falou da parte do Pai, e suas palavras julgarão todos os homens no último dia.

Como o Messias profetizado, Jesus Cristo é o tema central da Escritura. O Antigo Testamento olhava para frente, para ele. O Novo Testamento olha para trás, para a sua primeira vinda, e olha para frente, para a sua segunda vinda. A Escritura Sagrada é o testemunho divinamente inspirado e, por isso, normativo a respeito de Cristo. Nenhuma hermenêutica que não tem o Cristo histórico como seu foco é aceitável. A Escritura Sagrada tem de ser tratada como aquilo que ela é essencialmente – o testemunho do Pai sobre o Filho encarnado.

Parece que o cânon do Antigo Testamento foi fixado por volta da época de Jesus. Agora, o cânon do Novo Testamento está igualmente fechado, visto que nenhum novo testemunho apostólico sobre o Cristo histórico pode ser dado agora. Nenhuma nova revelação (distinta do entendimento de revelação existente dado pelo Espírito) será dada até que Cristo volte de novo. Em princípio, o cânon foi criado pela inspiração divina. A parte que cumpria à igreja era discernir o cânon que Deus criara, e não inventar seu próprio cânon.

A palavra cânon, significando uma régua ou padrão, é um indicador de autoridade e implica o direito de governar ou controlar. Autoridade no cristianismo pertence a Deus em sua revelação, que, por um lado, é Jesus Cristo, a Palavra viva, e, por outro lado, a Escritura Sagrada, a Palavra de Deus escrita. A autoridade de Cristo e a da Escritura são uma só. Como nosso Profeta, Cristo testificou que a Escritura não pode ser anulada. Como nosso Sacerdote e Rei, ele dedicou sua vida terrena a cumprir a Lei e os Profetas, morrendo em obediência às palavras de profecia messiânica. Portanto, assim como ele viu a Escritura confirmar sua pessoa e sua autoridade, assim também, por sua submissão à Escritura, ele confirmou a

autoridade dela. Assim como Jesus se submeteu à instrução que seu Pai deu em sua Bíblia (nosso Antigo Testamento), ele exige que seus discípulos façam o mesmo – não em separado, mas em conjunção com o testemunho dos apóstolos a respeito dele mesmo, o qual ele inspirou pelo dom do seu Espírito Santo. Assim os cristãos se mostram servos fiéis de seu Senhor por submeterem-se à instrução divina dada nos escritos proféticos e apostólicos que constituem a nossa Bíblia.

Por confirmarem a autoridade um do outro, Cristo e a Escritura se unem numa fonte de autoridade singular. O Cristo interpretado biblicamente e a Bíblia centrada em Cristo, que o proclama, são um, conforme este ponto de vista. A partir do fato da inspiração inferimos que o que a Escritura diz, Deus o diz, assim também, com base na relação revelada entre Jesus Cristo e a Escritura, podemos declarar igualmente que o que a Escritura diz, Cristo o diz.

INFALIBILIDADE, INERRÂNCIA, INTERPRETAÇÃO

Visto que a Escritura Sagrada é a Palavra de Deus inspirada que dá testemunho categórico de Jesus Cristo, ela pode ser chamada de infalível e inerrante. Estes termos negativos têm um valor especial, porque resguardam explicitamente verdades positivas e cruciais.

Infalível significa a qualidade de não enganar e de não estar enganado e, por isso, resguarda, em termos categóricos, a verdade de que a Escritura Sagrada é uma regra e guia confiável, certo e seguro em todos os assuntos.

De modo semelhante, inerrante significa a qualidade de ser livre de toda falsidade e erro e, por isso, resguarda a verdade de que a Escritura Sagrada é totalmente verdadeira e digna de confiança em todas as suas afirmações.

Afirmamos que a Escritura canônica deve sempre ser interpretada com base no fato de que ela é infalível e inerrante. Todavia, ao determinar o que o autor ensinado por Deus está dizendo em cada passagem, temos de

prestar a mais cuidadosa atenção às suas afirmações e ao seu caráter como produção humana. Na inspiração, Deus utilizou a cultura e as convenções do ambiente de seu amanuense, um ambiente que Deus controla em sua providência soberana; imaginar o contrário é interpretação errônea.

Portanto, história tem de ser tratada como história, poesia como poesia, hipérbole como hipérbole, metáfora como metáfora, generalização e aproximação como o que elas são, e assim por diante. Diferenças entre convenções literárias nos tempos bíblicos e em nosso tempo têm de ser observadas. Por exemplo, visto que narrativa não cronológica e citação imprecisa eram convencionais e aceitáveis e não violavam qualquer expectativa naqueles dias, não devemos considerar essas coisas como falhas, quando as achamos nos escritores bíblicos. Quando algum tipo de precisão total não era esperado e não era o alvo da passagem, não é errado não tê-la atingido. A Escritura é inerrante, não no sentido de ser totalmente precisa conforme os padrões modernos, mas no sentido de fazer bem as suas afirmações e atingir aquela medida de verdade focalizada que seus autores almejavam.

A veracidade da Escritura não é negada por aparecer nela irregularidades de gramática ou ortografia, descrições fenomenais da natureza, relatos de falsas afirmações (por exemplo, as mentiras de Satanás) ou discrepâncias aparentes entre uma passagem e outra. Não é certo colocar o “fenômeno” da Escritura contra o ensino da Escritura a respeito de si mesma. Incoerências aparentes não devem ser ignoradas. A solução delas, onde isso puder ser conseguido de modo convincente, estimulará a fé. E, onde não houver nenhuma solução convincente, honraremos significativamente a Deus por confiarmos na certeza de que sua Palavra é verdadeira, apesar das aparências, e por mantermos nossa confiança de que um dia perceberemos que elas foram meras ilusões.

Visto que toda a Escritura é o produto de uma única mente divina, a interpretação tem de permanecer dentro dos limites da analogia da Escritura. E a interpretação tem de evitar hipóteses que corrigiriam a

passagem bíblica com outra, quer em nome da revelação progressiva, quer em nome da iluminação imperfeita da mente dos escritores sagrados.

Embora a Escritura Sagrada não seja, em nenhuma parte, presa a uma cultura, no sentido de que seus ensinamentos não têm validade universal, ela está, às vezes, culturalmente condicionada pelos costumes e opiniões convencionais de um período específico; e, por isso, a aplicação de seus princípios hoje exige um tipo de ação diferente.

CETICISMO E CRITICISMO

Desde a Renascença, e mais especificamente, desde o Iluminismo, os homens têm desenvolvido cosmovisões que envolvem ceticismo a respeito das doutrinas básicas do cristianismo. Tais cosmovisões são: o agnosticismo, que nega que Deus é conhecível, o racionalismo, que nega que ele é incompreensível, o idealismo, que nega que ele é transcendente, e o existencialismo, que nega a racionalidade dos relacionamentos de Deus conosco. Quando estes princípios anti e não bíblicos se infiltram nas teologias dos homens em um nível de pressuposição, como hoje eles o fazem com frequência, a interpretação fiel da Escritura Sagrada se torna impossível.

TRANSMISSÃO E TRADUÇÃO

Visto que Deus não prometeu, em lugar algum, uma transmissão inerrante da Escritura, precisamos afirmar que somente o texto dos documentos originais foi inspirado e manter a necessidade de criticismo textual como um meio de detectar quaisquer deslizes que podem ter-se introduzido no texto no decorrer de sua transmissão. Entretanto, o veredito desta ciência é que o texto hebraico e grego parece admiravelmente bem preservado, de modo que somos amplamente corroborados em afirmar, como a Confissão de Westminster, uma

providência singular da parte de Deus neste assunto e em declarar que a autoridade da Escritura não é, de modo algum, prejudicada pelo fato de que as cópias que possuímos não são totalmente livres de erro.

De modo semelhante, nenhuma tradução é ou pode ser perfeita; e todas as traduções se afastam levemente dos textos originais. No entanto, o veredito da ciência linguística é que, nestes dias, os cristãos são muito bem servidos de inúmeras traduções excelentes e não têm desculpas para hesitar em concluir que a verdadeira Palavra de Deus está ao seu alcance. De fato, em vista da repetição frequente, na Escritura, dos principais assuntos com que ela lida e em vista do testemunho constante do Espírito Santo a respeito e por meio da Palavra, nenhuma tradução séria da Escritura Sagrada destruirá seu significado, a ponto de torná-la incapaz de fazer o seu leitor “sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2 Tm 3.15).

INERRÂNCIA E AUTORIDADE

Ao afirmar que a autoridade da Escritura envolve a sua verdade total, nos posicionamos conscientemente ao lado de Cristo e de seus apóstolos, de fato, ao lado de toda a Bíblia e dos principais segmentos da história da igreja, desde os primeiros dias até recentemente. Estamos preocupados com a maneira apática, inadvertida e, aparentemente, insensata pela qual uma crença de importância tão ampla tem sido abandonada por muitos em nossos dias.

Também estamos cômicos de que grande e séria confusão resulta de alguém parar de sustentar a verdade total da Bíblia, cuja autoridade ele professa reconhecer. O resultado de dar este passo é que a Bíblia, que Deus nos deu, perde sua autoridade, e o que passa a ter autoridade, em seu lugar, é uma Bíblia reduzida em conteúdo, de acordo com as exigências dos raciocínios críticos de alguém, e reduzível ainda mais em princípio quando alguém começa a reduzi-la. Isto significa, em essência,

que a razão independente tem agora a autoridade, oposta ao ensino da Escritura. Se isto não é percebido, e se, no momento, as doutrina evangélicas básicas ainda são sustentadas, pessoas que negam a verdade plena da Escritura podem afirmar uma identidade evangélica, enquanto, em termos de metodologia, se afastaram do princípio evangélico do conhecimento para um subjetivismo instável. E não acharão difícil moverem-se para mais além.

Afirmamos que o que a Escritura diz, Deus o diz. Que ele seja glorificado. Amém e amém.

Sobre o Autor

O Dr. R. C. Sproul é fundador e presidente do *Ligonier Ministries*, um ministério multimídia internacional sediado em Lake Mary (Flórida). Ele também serve como pastor principal de pregação e ensino na igreja Saint Andrew, em Sanford (Flórida). Seus ensinamentos podem ser ouvidos diariamente no programa de rádio *Renewing Your Mind* (Renovando Sua Mente).

Durante a sua distinta carreira acadêmica, o Dr. Sproul ajudou a treinar homens para o ministério, como professor em vários seminários teológicos importantes.

Ele é o autor de mais de 60 livros, incluindo *The Holiness of God, Chosen by God, The Invisible Hand, Faith Alone, A Taste of Heaven, Truths We Confess, A Verdade da Cruz* (Fiel, 2011) e *The Prayer of the Lord*. Também serviu como editor geral da *The Reformation Study Bible* e já escreveu vários livros para crianças, incluindo *The Prince's Poison Cup*.

O Dr. Sproul e sua esposa, Vesta, residem em Longwood (Flórida).



O Ministério Fiel visa apoiar a igreja de Deus, fornecendo conteúdo fiel às Escrituras através de conferências, cursos teológicos, literatura, ministério Adote um Pastor e conteúdo online gratuito.

Disponibilizamos em nosso site centenas de recursos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, audiolivros, blog e muito mais. Lá também é possível assinar nosso informativo e se tornar parte da comunidade Fiel, recebendo acesso a esses e outros materiais, além de promoções exclusivas.

Visite nosso website

www.ministeriofiel.com.br